UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

REGIANE GEMAQUE REZENDE

INFRAESTRUTURA DO POLO UAB EM VITÓRIA DO JARI/AP: COMPREENDENDO SUA IMPLANTAÇÃO

FORTALEZA-CEARÁ
2019

REGIANE GEMAQUE REZENDE

INFRAESTRUTURA DO POLO UAB EM VITÓRIA DO JARI/AP: COMPREENDENDO SUA IMPLANTAÇÃO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Júnior

FORTALEZA-CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Rezende, Regiane Gemaque .
Infraestrutura do Polo UAB em Vitória do Jari/AP: compreendendo sua implantação [recurso eletrônico] / Regiane Gemaque Rezende. - 2019.
1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 95 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.
Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.
Orientação: Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Júnior.

1. Políticas Públicas Educacionais. 2. Polos UAB. 3. Infraestrutura dos Polos UAB. I. Título.

REGIANE GEMAQUE REZENDE

INFRAESTRUTURA DO POLO UAB EM VITÓRIA DO JARI/AP: COMPREENDENDO SUA IMPLANTAÇÃO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 22/05/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Júnior (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

Prof. Dr. Cláudio Márcio Campos de Mendonça
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e todas as bênçãos por mim recebidas;
Ao meu orientador Antônio Germano Magalhães Júnior, pela condução neste aprendizado;
Aos meus pais Luzia e Osires, pela proteção e suporte necessário para realização de minhas conquistas;
Aos meus irmãos e sobrinhos pelo apoio e torcida para que eu chegasse até aqui;
À minha filha Aimê, que é a atual razão de minha luta diária;
Ao meu esposo Marcel, que tem me dado o apoio necessário para meu crescimento profissional e pessoal;
À Universidade Federal do Amapá e a Universidade Estadual do Ceará, por tornarem possível este importante processo de qualificação profissional;
A todos os que contribuíram para a reunião dos documentos e informações utilizados neste trabalho.

“Aqueles que se sentem satisfeitos sentam-se e nada fazem. Os insatisfeitos são os únicos benfeitores do mundo.”

(Walter S. Landor)

RESUMO

O trabalho denominado “Infraestrutura do Polo UAB de Vitória do Jari/AP: compreendendo sua implantação” se estabeleceu a partir do estudo das políticas de educação a distância para expansão e interiorização da educação superior, em que se tornam necessárias a implantação de polos presenciais. A pesquisa se inicia a partir da proposta enviada em 2006 pela Prefeitura Municipal de Vitória do Jari, concorrendo ao Edital nº. 01/2005-2006/SEED/MEC, para instalação de um Polo UAB no Município. Tendo como base teórica alguns autores como Bonneti (2011), Secchi (2012), Rua (2014), Belloni (2015) e leituras em diversos sites como os do MEC, UNIFAP, INEP e CAPES, o objetivo da pesquisa é compreender se os aspectos de recursos humanos, econômicos, materiais e tecnológicos foram atendidos ao implantar a infraestrutura do Polo UAB de Vitória do Jari, como estabelece as diretrizes de implantação propostos pela Capes/UAB. Inicialmente, a pesquisa foi desenvolvida através de uma abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica. Em seguida foi conduzida pesquisa documental de natureza exploratória, a partir da seleção de documentos relacionados com a implantação da infraestrutura dos polos elaborados pela Capes/UAB e documentos disponibilizados pela Coordenação do polo, por último, foi realizada pesquisa de campo por meio de entrevista com o Coordenador do polo. A partir disto, foi possível perceber que a implantação da infraestrutura, mesmo considerando restrições de disponibilização de recursos financeiros, tecnológicos e de recursos humanos, seguiu as diretrizes estabelecidas pela Capes/UAB, e o polo vem contribuindo com a formação de nível superior de forma exitosa. Ainda entre os principais resultados, destaca-se como positivos a transparência de objetivos em relação às diretrizes da Capes/UAB que orienta a infraestrutura necessária para implantação de um polo UAB. Como vulnerabilidade, os documentos existentes no polo, não permitem mostrar de forma clara como se deu o processo da implantação de sua infraestrutura, sendo necessária realização de entrevista para obtenção de dados precisos.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. Polos UAB. Infraestrutura dos Polos UAB

ABSTRACT

The work called "Infrastructure of the Polo UAB of Vitória do Jari / AP: understanding its implementation" was established based on the study of distance education policies for the expansion and internalization of higher education, in which it becomes necessary the implantation of presence poles. The research starts from the proposal sent in 2006 by the Municipality of Vitória do Jari, competing for Notice no. 01 / 2005-2006 / SEED / MEC, for the installation of a UAB Polo in the Municipality. The main objective of the research is to understand if the authors of this paper are interested in the literature, such as Bonneti (2011), Secchi (2012), Rua (2014), Belloni (2015) and readings at several sites such as MEC, UNIFAP, INEP and CAPES. aspects of human, economic, material and technological resources were met by implementing the infrastructure of the Polo UAB in Vitória do Jari, as established by the implementation guidelines proposed by Capes / UAB. Initially, the research was developed through a qualitative approach, through bibliographic research. Documentary research of exploratory nature was carried out, based on the selection of documents related to the implementation of the infrastructure of the poles elaborated by Capes / UAB and documents made available by the Polo Coordination. Finally, field research was conducted through an interview with the polo coordinator. From this, it was possible to perceive that the implementation of the infrastructure, even considering restrictions of availability of financial resources, technology and human resources, followed the guidelines established by Capes / UAB, and the pole has been contributing to the formation of higher level of form successful. Still among the main results, the objectives transparency vis-a-vis the guidelines of Capes / UAB, which guides the infrastructure necessary for the implementation of a UAB pole, stand out as positive. As a vulnerability, the documents in the polo do not allow to show in a clear way how the process of the implantation of its infrastructure occurred, being necessary to carry out an interview to obtain accurate data.

Keywords: Public Educational Policies. UAB poles. Infrastructure of UAB Poles

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de Ciclo de Políticas Públicas..... 21
Figura 2 - Mapa do Amapá..... 29
Figura 3 - Modelo de parceria do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), envolvendo instâncias do MEC (Ministério da Educação), universidades e governos estaduais e/ou municipais..... 39
Figura 4 - Mapa com área destacada Vitória do Jarí..... 42
Figura 5 - Matrículas em 2017..... 43
Figura 6 - Modelo de Proposta Polo de Apoio Presencial..... 66
Figura 7 - Foto da Planta Baixa do Polo de Vitória de Jari..... 76
Figura 8 - Coordenação do Polo de Vitória de Jari..... 76
Figura 9 - Sala da Secretaria do Polo de Vitória de Jari..... 77
Figura 10 - Biblioteca do Polo de Vitória de Jari..... 77
Figura 11 - Salas de aulas do Polo de Vitória de Jari..... 78
Figura 12 - Instalações Sanitárias do Polo de Vitória de Jari..... 78
Figura 13 - Espaços Multiusos do Polo de Vitória de Jari..... 79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fases para o procedimento de produção..... 22
Quadro 2 - Educação a Distância ao longo da história..... 34
Quadro 3 - A Educação a Distância no Brasil..... 35
Quadro 4 - Categorias de Análise Da Implantação Do Polo..... 44
Quadro 5 - Documentos do Polo – MEC..... 45
Quadro 6 - Classificação da Visita de Credenciamento..... 50
Quadro 7 - Informações Gerais do Polo..... 52
Quadro 8 - Informações sobre o polo..... 53
Quadro 9 - Avaliação Dimensão Única - Projeto do Polo..... 55
Quadro 10 - Dimensão 7: Infraestrutura física..... 60
Quadro 11 - Documentos Polo Vitória do Jarí..... 61
Quadro 12 - Ações que deverão ser tomadas para a solução de problemas..... 69
Quadro 13 - Comparação entre teoria e prática..... 81

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	12
2	**POLÍTICAS PÚBLICAS**	18
2.1	REVISITANDO A HISTÓRIA	18
2.2	CONCEITUANDO POLÍTICAS PÚBLICAS	19
2.3	O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (POLICY CYCLE)	20
2.4	IMPLEMENTAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	23
2.5	PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E MARCOS REGULATÓRIOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO	24
2.6	O ENSINO SUPERIOR NO ESTADO AMAPÁ E SUA EXPANSÃO	29
2.7	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	33
2.8	O SISTEMA UAB E OS POLOS DE APOIO PRESENCIAIS	38
2.8.1	**O município contemplado**	41
3	**O POLO UAB VITÓRIA DO JARI: DESCRIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE SUA INFRAESTRUTURA**	44
3.1	DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	44
3.2	FUNDAMENTOS DA IMPLANTAÇÃO DOS POLOS UAB	44
4	**ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO POLO UAB VITÓRIA DO JARI**	72
4.1	COMPARAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA	72
4.1.1	**Os recursos humanos**	73
4.1.2	**Os recursos econômicos**	74
4.1.3	**Os recursos materiais**	75
4.1.4	**Os recursos tecnológicos**	79
5	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	83
	REFERÊNCIAS	87
	APÊNDICE	93
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	94

1 INTRODUÇÃO

O estudo teve como foco a implantação da infraestrutura de um dos polos presenciais da Universidade Aberta do Brasil – UAB, o Polo Caulim da Amazônia, localizado em Vitória do Jari no Estado do Amapá (AP), o qual a Universidade Federal do Amapá – UNIFAP possui parceria para fornecimento do ensino, como parte integrante de uma política pública na área de educação para democratização do ensino superior. Para a realização dessa política pública de expansão da Educação a Distância – EaD, torna-se necessária a implantação dos polos de apoio presenciais, promovendo assim o acréscimo de oferta de vagas, além de torná-los uma ferramenta de inclusão social, uma vez que possibilita informação, conhecimento e desenvolvimento intelectual dos alunos.

Foi evidenciado o Sistema UAB e sua definição de polo como local devidamente credenciado pelo Ministério da Educação – MEC, para desenvolvimento de atividades administrativas e operacionais de apoio pedagógico, que viabilizam condições para ingresso e permanência do aluno no curso a distância, possibilitando a interiorização da oferta de educação superior pública e gratuita em alguns municípios do Estado do Amapá.

É importante lembrar que o estado do Amapá é composto por 16 municípios e por conta de localização geográfica, é isolado do restante do país. Apesar deste isolamento, o estado acolhe pessoas advindas de diversas partes do país. Conforme o censo (IBGE, 2010a), o Amapá foi o estado que obteve destaque em relação ao crescimento populacional (18%), entre 2000 e 2010. Os indivíduos que escolhem o estado para morar possuem diversos motivos para migrarem como, por exemplo, a busca de melhores condições socioeconômicas e educacionais.

Considerando que nas sociedades modernas as mudanças sociais ocorrem em um ritmo acelerado, especialmente no que diz respeito aos avanços das tecnologias de informação e comunicação (TIC) acarretando, “senão mudanças profundas, pelo menos desequilíbrios estruturais no campo da educação.” (Belloni, 2015, p.1). O surgimento destas tecnologias trouxe consigo novas demandas, sobretudo demandas educacionais, forçando novas formas de ofertar e organizar o ensino.

Belloni (2015) diz que as características que merecem destaque nas sociedades globalizadas e modernas em que vivemos, é a prevalência das condições

pós-fordistas e pós-industriais, reforçadas pela ideologia neoliberal, a qual atribui a responsabilidade de obtenção ou não de sucesso no próprio indivíduo. A autora reforça essa perspectiva quando diz que as gerações que agora entram na escola, requerem um novo tipo de pessoa e de profissional em todos os setores econômicos: o destaque estará na necessidade de habilidades múltiplas do indivíduo.

A EaD surge como modalidade de ensino, trazendo a ideia de um novo aluno e um novo profissional, que apresenta a necessidade de um professor para atender as atuais exigências e particularidades desse modelo de ensino. Tendo como ponto de partida uma instituição na qual o grupo de alunos se encontra desprendido, sendo necessário fazer uso das TICs para unir alunos, recursos e professores. Assim, corrobora Belloni (2015, p. 41-42) quando diz que “a EaD, mais do que as instituições convencionais de ensino superior, poderá contribuir para a formação inicial e continuada desses estudantes mais autônomos, já que a autoaprendizagem é um dos fatores básicos de sua realização”.

Com este cenário de constantes mudanças já não se pode enxergar o ensino a distância como uma alternativa emergencial para preencher os espaços deixados pela educação formal, ou fracasso do sistema educacional. A Educação a Distância (EaD) tem se tornado um elemento que já faz parte do sistema educativo não apenas como os fatores mencionados anteriormente, mas para desempenhar um importante papel na educação, sobretudo na população adulta, o qual inclui-se o ensino superior e sua grande demanda, gerada pelo acelerado crescimento da tecnologia e do conhecimento.

Pensando nos possíveis resultados provenientes da política pública para a implantação dos Polos Presenciais do Sistema UAB, temos como ponto de partida, buscar responder: a implantação da infraestrutura do Polo UAB de Vitória do Jari está em conformidade com o modelo estabelecido pela Capes/UAB?

Algumas questões que circundam o problema constituem o conjunto de questionamentos pessoais e profissionais que servem como perspectivas para este projeto de investigação, sendo: como se dá o processo de implantação de um Polo Presencial de Apoio UAB? Como vêm sendo realizadas as parcerias para o funcionamento do polo? A infraestrutura do Polo atende aos requisitos avaliativos do MEC/INEP? Como política pública, o Polo Presencial tem influenciado na democratização do ensino e, consequentemente, melhora para acesso ao ensino superior?

Este trabalho possui como objetivo geral compreender se a implantação da infraestrutura do polo presencial localizado em Vitória do Jari/AP seguiu as diretrizes de implantação estabelecidas pela Capes/UAB. Como objetivos específicos, busca compreender os aspectos históricos que desencadearam a política pública de EaD; Descrever a implantação do Polo de Vitória do Jari, a partir dos documentos regulamentadores do Sistema UAB, com foco na realidade do Estado do Amapá e do munícipio contemplado; Comparar o projeto de implantação com o polo presencial efetivamente implantado, à luz das diretrizes de implantação da Capes/UAB, considerando os recursos econômicos, humanos, materiais e tecnológicos disponibilizados.

O início desta pesquisa se dá a partir da análise da proposta no ano de 2006 para instalação de um polo UAB no município de Vitória do Jari, advinda da Prefeitura do mesmo, em que concorria ao edital nº. 01/2005-2006/SEED/MEC, sendo o ano de 2008 o marco inicial de suas atividades, com o funcionamento efetivo do polo através da parceria do Instituto Federal do Pará – IFPA que ofertou três cursos, e a partir de 2010 a UNIFAP deu início em sua parceria ofertando o curso de Matemática.

A temática escolhida para a pesquisa deu-se pelo interesse advindo inicialmente de minha experiência enquanto aluna de graduação de um projeto-piloto na região norte na modalidade à distância, sob a responsabilidade da Universidade de Brasília (UnB), o qual me possibilitou o grau de Bacharel em Administração. Em 2013, comecei a atuar como tutora do curso de Graduação em Administração Pública a distância da UNIFAP. No ano de 2016, passei a ser Professora Formadora, e hoje atuo no munícipio de Vitoria de Jari/AP, atuações estas que conciliou com a necessidade de responder às questões-problema elaboradas para esta investigação.

A pesquisa é relevante, pois, discutir a implantação de um polo presencial de apoio justifica-se pela necessidade de conhecer a forma com que um polo UAB é implantado e sua relevância para a sociedade e democratização do ensino superior. Para tanto, é necessário dissertar sobre o tema que apresenta poucos estudos significativos no Estado do Amapá, analisar os variados conceitos de políticas públicas educacionais, sua implementação e diretrizes norteadoras para o alcance de metas, tendo o entendimento de que pessoas e/ou a sociedade em geral podem alcançar benefícios a partir da correta implantação de sua infraestrutura.

Para o referencial teórico fez-se a leitura de Bonneti (2011), Secchi (2012), Rua (2014), Belloni (2015) entre outros, e foram feitos aprofundamentos de estudo

com a realização de pesquisas em diversos sites como os do Ministério da Educação, da UNIFAP, do Instituto Anísio Teixeira (INEP), Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes) etc.

Em relação a metodologia, a pesquisa foi desenvolvida sob um enfoque qualitativo por se entender que o estudo do que se refere às políticas públicas para EaD, não pode apresentar uma visão única do processo como um todo. Assim, Silva *et al* (2009, p. 4555) afirmam que:

> No âmbito da abordagem qualitativa, diversos métodos são utilizados de forma a se aproximar da realidade social, sendo o método da pesquisa documental aquele que busca compreendê-la de forma indireta por meio da análise dos inúmeros tipos de documentos produzidos pelo homem. [...]. Para tanto, se faz necessária a aproximação a alguns elementos conceituais, o diálogo com a teoria.

Neste sentido, a metodologia qualitativa tem a capacidade de descrever o grau de dificuldade de determinado problema, analisar a relação de certos aspectos, compreender e classificar processos vivenciados por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de amplitude, o entendimento do comportamento humano (RICHARDSON, 2011).

Em relação aos objetivos, o estudo caracteriza-se como sendo uma pesquisa exploratória, pois, objetiva proporcionar maior proximidade com o problema, de forma a torná-lo evidente ou a construir hipóteses, incluindo pesquisa bibliográfica. Neste sentindo Gil (2009, p.27) diz

> As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. [...]

Inicialmente, realizamos a revisão da literatura existente, com o consequente levantamento de material sobre a temática. Em seguida, foi realizada a caracterização sobre o que vem sendo produzido academicamente quanto à ênfase dada ao assunto. Para obter estes dados, recorreu-se uma pesquisa bibliográfica, cujas leituras abordaram informações sobre Políticas Públicas e Políticas Públicas Educacionais; Histórico da EaD e sua regulamentação; Criação da UAB com ênfase na Infraestrutura dos Polos de Apoio Presencial e suas diretrizes regulamentadoras.

Assim como, realizamos simultaneamente, uma busca no banco de teses e dissertações da Capes a fim de mapear os estudos já realizados na área, no Estado do Amapá e em pesquisas realizadas em nível de Brasil, com a mesma temática ou temática semelhante.

Em seguida, procedeu-se a Pesquisa Documental. Gil (2009, p.51) afirma que “O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número”. Assim, foram selecionados documentos que tem relação com a implantação da infraestrutura do Polos, sendo eles: Referencial de Qualidade (2007); Documento Orientações Básicas sobre o Polo UAB; Instrumento Credenciamento de Polo de Apoio Presencial; e Instrumento de Avaliação Externa (Avaliação da Dimensão Infraestrutura Física dos Polos. A partir destes documentos foram definidas as categorias de análises do estudo: Recursos Humanos; Recursos Econômicos; Recursos Materiais e Recursos Tecnológicos.

Ainda para pesquisa documental foram arrolados documentos fornecidos pela Coordenação do Polo, os quais, um Polo UAB deve ter obrigatoriamente em seus arquivos, sendo: Lei de Criação do Polo UAB Vitória do Jari; Decreto com Dotação Orçamentária; Termo de Compromisso Mantenedor do Polo UAB; Termo de Uso e Domínio do Bem Imóvel; Acordo de Cooperação Técnica n. 104/2009 entre o Município de Vitória de Jari, Unifap e Capes; Documentos e formulários disponíveis no SisUAB.

Por fim, para obtenção de dados e informações que não foram possíveis através da pesquisa documental, procedeu-se a pesquisa de campo no Polo de Vitória do Jari, através de entrevista do tipo semiestruturada realizada com o Coordenador do polo.

A partir dos documentos relacionados com a implantação de um Polo UAB; documentos do Polo de Vitória e a pesquisa de campo; foi realizado tratamento dos dados através de análise a fim de fazer a comparação entre o projeto elaborado pela Capes/UAB e o Polo implantado, levando-se em consideração as categorias de análises citadas.

A dissertação está organizada em capítulos. No primeiro capítulo, discorre-se sobre as políticas públicas, fazendo-se uma abordagem conceitual e histórica sobre o tema, com ênfase no ciclo das políticas públicas e na etapa de implementação.

Abordam-se ainda as políticas públicas de educação, em seguida as políticas de educação a distância, com destaque para implantação da infraestrutura dos polos de apoios presenciais.

No segundo capítulo são abordados os fundamentos da implantação de um Polo UAB, no que diz respeito a sua infraestrutura, levando-se em consideração os recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos disponibilizados. Ainda se discorre sobre as diretrizes regulamentadoras para implementação desta política pública, assim como é realizada descrição da coleta de dados e análise dos documentos reunidos. Por fim, é feita a descrição da implantação do Polo UAB de Vitória do Jari.

O terceiro capítulo faz a contextualização do problema, comparando o Projeto de implantação do polo de acordo com as diretrizes da Capes/UAB e o que de fato foi implantado no polo de Vitória do Jarí com base na pesquisa documental e pesquisa de campo. Por fim, é apresentado um quadro com as categorias de estudos - recursos humanos, econômicos, materiais e tecnológicos - fazendo uma comparação entre teoria e prática.

Em conclusão, levando em consideração a análise dos documentos reunidos sobre a implantação da infraestrutura do polo de Vitória do Jari e entrevista, foram identificados os obstáculos enfrentados até que o polo chegasse ao conceito AA (apto para funcionamento), o que significa dizer que, o polo atingiu os requisitos mínimos necessário para funcionamento, conforme as diretrizes estabelecidas pelas Capes/UAB. Assim concluiu-se que no geral as diretrizes do projeto foram seguidas, apesar de, existir a necessidade de maior disponibilização de recursos financeiros, de pessoal e investimento nos recursos tecnológicos para que o Polo possa oferecer um melhor atendimento aos usuários.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

O presente capítulo apresentará as políticas públicas como área de conhecimento com um arcabouço teórico específico voltado para compreensão de fenômenos de natureza política administrativa, sobretudo, no que fiz respeito à área de políticas públicas educacionais, com o propósito de elucidar o tratamento dispensado ao assunto, assim como a relevância da implantação da Infraestrutura dos Polos de Apoios Presenciais do Sistema UAB como elemento de inclusão social, a partir da compreensão de sua implementação no Município de Vitória do Jarí/AP.

Iniciaremos fazendo uma abordagem acerca das seguintes categorias fundantes: políticas públicas, políticas educacionais, categorias estas que sustentam o estudo; Em seguida serão abordadas as políticas públicas para educação a distância fazendo uma breve contextualização histórica da EaD e de sua regulamentação, após, será enfatizado o Sistema UAB, em especial a implantação da infraestrutura do polo de Apoio Presencial.

2.1 REVISITANDO A HISTÓRIA

A noção de política, como é de conhecimento, não é recente; ela persevera desde a Grécia Antiga. Em “A República”, de Platão, o filósofo grego imaginou um sistema político que continha a adoção de um sistema de Educação marcado pela igualdade de condições entre todos os cidadãos. Desta forma o “diálogo de a República é uma descrição de uma república ideal, que tem por objetivo a realização da justiça entendida como a atribuição a cada uma da obrigação que lhe cabe, de acordo com as próprias aptidões” (BOBBIO, 1976, p.45 *apud* VALLE 2009, p.10).

No desenho histórico traçado por Valle (2009), séculos separam a Grécia Antiga dos acontecimentos históricos que resultaram com as lutas pela independência dos países da América colonizados pelos europeus, iniciadas em 1976, com a independência das 13 colônias inglesas da América do Norte, que deu origem aos Estados Unidos, com a Revolução Industrial (1760-1830) e com a Revolução Francesa (1789). Nesse longo período histórico, a autora considera o ponto de vista político das populações estático, baseado na ideia de que o governante teria poderes

e obrigações complementares e que sua soberania estaria acima do direito dos súditos.

No século XIX, Karl Marx e Friedrich Engels desenvolveram uma forma própria de interpretação científica para os conflitos políticos do proletariado, através da análise dialética social da classe dos trabalhadores, e atuaram ativamente nas lutas políticas. Criando assim uma 'teoria de formação, desenvolvimento e dissociação da sociedade capitalista', surgindo assim o materialismo histórico. Perpetuando-se como os principais representantes da ideologia comunista no pensamento moderno (VALLE 2009).

A autora, ainda leciona que existiu uma polarização entre as correntes socialistas influenciadas pelo pensamento marxista, e as correntes liberais algumas com tendências conservadoras e outras utilizando os 'discursos progressistas de liberdade e igualdade', que continuaram vigentes até os anos 80.

Conforme menciona Bonetti (2011, p. 11):

> Entende-se que cada momento histórico produz, no contexto da inter-relação entre a produção econômica, cultura e interesses dos grupos dominantes, ideologias a partir das quais verdades relativas tornam-se absolutas. Estas verdades absolutas, construídas ideologicamente em cada formação social, produzem e referenciam as ações institucionais e, em particular, a elaboração e a operacionalização das políticas públicas.

Nesta senda, a onda neoliberal difundida por quase todas as nações a partir da década de 1980, recriou os princípios teóricos do capitalismo. Os ideais de sociedade na política neoliberal colocam o desenvolvimento espontâneo da economia de mercado como meta de perfeição para a sociedade.

2.2 CONCEITUANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

Rua (2014) cita uma definição simples dada por Schmitter: "política é a resolução pacífica dos conflitos" (SCHMITTER, 1984, p.34 *apud* RUA, 2014, p.15). A autora considera esta definição excessivamente ampla, que delimita pouco. Restringindo um pouco mais o conceito, é possível dizer que a política consiste em conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que destinam à solução pacífica dos conflitos em relação aos bens públicos.

Já Secchi (2012) assevera que qualquer definição de política pública seria arbitrária, dizendo que na literatura específica não existe um consenso em relação à definição por conta da diversidade de respostas para os seguintes questionamentos: Por quais atores são elaboradas as políticas públicas? As políticas públicas são advindas de omissão ou negligência? Apenas as diretrizes estruturantes são consideradas políticas públicas? Ou também são consideradas políticas públicas as diretrizes operacionais?

O inglês possibilita uma clara distinção entre *Politcs*, como forma de exercer poder sobre o homem, e *Policy,* um significado mais concreto dado ao termo relacionando-se com tendência para decisão e ação. No Português, a distinção não é tão clara, pois a Política é utilizada para os dois sentidos fornecidos pela língua inglesa, ficando a cargo do contexto que a palavra é utilizada para distinção do seu sentido. Para Rua, o termo "política" (*politics* em inglês) se refere às atividades políticas como "o uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder (ou seja, visam a influenciar o comportamento das pessoas) e se destinam a alcançar ou produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas." (RUA, 2014, p. 16).

A autora esclarece que para um melhor entendimento, é necessário entender também as diferenças entre política pública e decisão política. Primeiramente, sendo importante desenvolver a compreensão de que as políticas públicas são resultantes da atividade política e que esta consiste na resolução pacífica de conflitos, processo indispensável à preservação da vida em sociedade. Em segundo lugar, é indispensável o desenvolvimento da capacidade de distinguir entre atividade política e entre política pública e ações e decisões privadas, ainda que estas últimas venham a ser de interesse público.

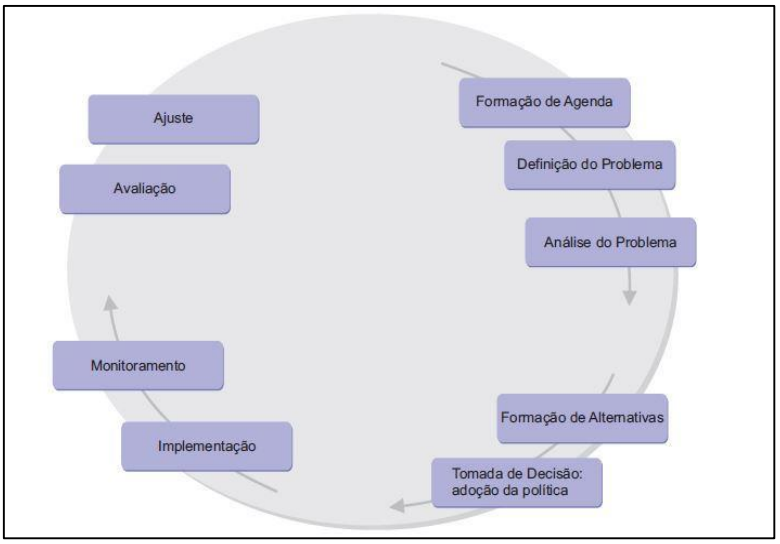
2.3 O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (*POLICY CYCLE*)

Na concepção de Rua (2014), o ciclo de políticas públicas, é resultado de uma série de atividades políticas que juntas, produzem o processo político. Percepção esta que possibilita para os estudiosos investigar de que forma as decisões são ou deveriam ser tomadas, permitindo apontar e analisar o processo político administrativo, os mecanismos e estratégias traçadas para a efetuação da política,

assim como, o comportamento de diversos atores envolvidos em cada etapa de produção de políticas públicas.

A autora evidencia que as políticas públicas (*policies*) comumente são marcadas por relações de poder, ocorrendo em um ambiente de tensão e alta densidade política (*politics*). Essas relações de poder excessivamente problemáticas ocorrem entre os atores do Estado, da sociedade, agências intersetoriais, poderes do Estado, níveis nacionais e subnacionais, entre comunidade política e burocratas. Uma forma encontrada para lidar com essas problemáticas é através da associação do modelo sistêmico ao ciclo de política, que discute as políticas públicas através da divisão de etapas contínuas, expostas na Figura 1.

Figura 1 – Modelo de Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Ruas (2014)

No que se refere ao Ciclo de Políticas Públicas (*policy cycle*), a autora Celina Souza considera essa tipologia como um ciclo no qual são tomadas decisões compostas por vários estágios que formam um processo contínuo e de aprendizado e ainda complementa que “o ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação, (SOUZA, 2006, p. 29). Em cotejo, Secchi (2010), entende o ciclo de políticas públicas como um esquema de figuração que interpreta as fases de maneira sequenciais e não dependentes. O autor não considera que o ciclo reflita de fato a dinâmica ou vida de uma política pública, no

entanto, acredita que o ciclo de políticas públicas tenha a sua utilidade: “ajuda a organizar ideias”. (SECCHI, 2010, p. 34).

Na abordagem adotada por Rua (2014) sobre o ciclo de políticas, a qual considera que se trata de um conjunto de atividades políticas que associadas geram o processo político, destacam-se fases sequenciais e interativas para o procedimento de produção de uma política pública, vide Quadro 1:

Quadro 1 – Fases para o procedimento de produção

FORMAÇÃO DA AGENDA	Quando um problema político passa a ser discutido pelas autoridades dentro e fora do governo;
FORMAÇÃO DAS ALTERNATIVAS	Ocorre após a detecção do problema, e onde começam ser apresentadas soluções pelos atores para sua resolução;
TOMADA DE DECISÃO	É o momento em que é possível chegar a uma decisão sobre o núcleo da política que está em formulação. Quando a política é muito conflituosa, a tendência é que as decisões sejam adiadas para a etapa de implementação;
IMPLEMENTAÇÃO	Constitui-se de um conjunto de decisões, de tal forma que as decisões inicialmente tomadas, deixam de ser meras intenções e passando para intervenções reais;
AVALIAÇÃO	Agrupa procedimentos de julgamentos dos resultados de uma política, conforme critérios que manifestam valores.

Fonte: Baseado em Rua (2014)

2.4 IMPLEMENTAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Rua (2014, p.89), diz haver um “elo perdido” desde a década de 1970, estabelecido entre a tomada de decisão e avaliação dos resultados: a implementação. Apesar de que a preocupação com a implementação seja importante, o desmembramento entre a formulação, a decisão, a implementação e a avaliação de políticas públicas é um meio mais relevante para efeito de análise do que um fato concreto do processo político.

A fase de implementação ocorre depois da tomada de decisão e antecede os primeiros trabalhos avaliativos. Trata-se de um processo de vários estágios que engloba decisões para a execução de uma decisão previamente definida, conforme um conjunto de dispositivos legais. Rua (2014, p. 90), afirma que “Idealmente essa decisão identifica os problemas a serem resolvidos, os objetivos a serem alcançados e as estruturas (arranjo institucional) de execução”.

A importância do estudo desta fase está na expectativa de visualizar através de instrumentos analíticos, os entraves e falhas que habitualmente acometem esta fase do processo nas diversas áreas de política pública (saúde, educação, habitação, saneamento etc.). Estudar a implementação também importa em identificar erros anteriores à tomada de decisão, com o objetivo de detectar problemas incorretamente formulados, objetivos inadequadamente traçados, otimismo excessivo. (SECCHI, 2012).

Recorrendo aos estudos de Rua (2014) no que diz respeito à avaliação de políticas públicas, podemos perceber que ela contribui para melhorar a concepção de políticas e projetos, sobretudo tornando mais consciente a formulação de metas, e mostra em que medida os governos se apresentam cumpridores frente às necessidades dos cidadãos. Além do mais, Rua assevera que a avaliação pode:

> [...] mostrar se as políticas e os programas estão sendo concebidos de modo coordenado ou articulado, e em que medida estão sendo adotadas abordagens inovadoras na resolução de problemas que antes pareciam intratáveis.
> E pode indicar, também, como são construídas as parcerias entre governo central e local, entre os setores público, privado e terceiro setor, além de identificar as condições de sucesso ou fracasso dessas parcerias e apontar como podem ser aperfeiçoadas a fim de ganharem abrangência e se tornarem estratégias nacionais das políticas de desenvolvimento. (RUA, 2014, p. 104)

Dito de outra forma por Secchi (2012), a avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o procedimento de implementação e o desempenho da política pública são investigados com o objetivo de conhecer melhor condição da política e o nível de encolhimento do problema que a deu início. É o momento importante para a geração do *feedback* a respeito das fases antecedentes.

Já o monitoramento tem diferentes aspectos em relação à avaliação. A avaliação examina processos, produtos, qualidade, efeitos, impactos, das ações realizadas, enquanto o monitoramento examina a continuidade de processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas. Trata-se de um instrumento de gestão interativa e proativa, que faz uso de informações necessárias para seu fim, baseando-se no estudo dos seus dados e não somente no seu registro (RUA, 2014).

Assim, Bonneti (2011), diz que:

> Em síntese, nem sempre há uma interface entre o resultado esperado e o obtido com uma política pública, isto porque nem sempre o anunciado publicamente como meta de uma ação resultante de uma política pública se constitui o real almejado. [...] Geralmente, a ação resultante de uma política pública beneficia um segmento social em detrimento de outro. Assim, a diferença entre o discurso em relação ao resultado e a real meta de uma política pública se dá em virtude da busca da "legitimidade" social em torno da sua elaboração e execução. (BONNETI, 2011, p. 57).

Um aspecto fundamental a ser lembrado em relação ao que vem a ser uma política pública e como ela se concebe o qual diz respeito ao seu caráter de futuro, é saber que é de responsabilidade do Estado o gerenciamento das demandas e dos interesses dos diversos agentes sociais, e isto se dá através de um conjunto de ações de investimentos e/ou regulação, numa concepção de futuro. "Isto é, entende-se como uma política pública quando a ação do Estado, [...], tem como objetivo transformar a realidade numa perspectiva de futuro, não apenas momentâneo" BONNETI (2011, p.18).

2.5 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E MARCOS REGULATÓRIOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

No tocante às políticas educacionais, conforme Höfling (2001) é necessário lembrar que a divisão social do trabalho e a sociedade em classes deram origem ao Estado tal qual conhecemos hoje. Avançando mais é possível fazer uma reflexão a

respeito da forma como ele propõe políticas para a área social, mais precisamente para a área educacional. Assim, começamos estabelecendo a diferença entre Estado e Governo, feita por Höfling (2001, p. 32.):

> Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente - que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Destarte, a autora considera que as políticas públicas são de incumbência do Estado, no que diz respeito à implementação e manutenção, e, assim, não podem ser restringidas à burocracia pública. Dentre as políticas públicas, frisamos as políticas sociais, que segundo Höfling (2001, p.34) destaca que “[...] as ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas [...]”. Dentre as políticas sociais, a autora inclui a educação esclarecendo ser uma política de “corte social”, a qual é incumbida ao Estado, no entanto, não é somente pensada pelos seus organismos.

Neste sentido, lançaremos mão dos estudos de Vieira (2012) que nos ensina que as políticas sociais são intervenções que apontam o padrão de proteção social executado pelo Estado, tendo como objetivo a redistribuição dos benefícios sociais, que visam a diminuição das desigualdades estruturais engendradas pelo desenvolvimento socioeconômico e que conceitua Política Pública Educacional como ”capacidade de ampliar a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e de execução para promover os direitos sociais, incorporados ao exercício da cidadania”. (VIEIRA, 2012, p. 54)

Valle (2009) trouxe à baila fatos políticos ocorridos em nosso país durante o século XX, e que estes resultaram na abertura democrática nos anos 1980, fazendo a educação ocupar espaços novos no cenário brasileiro. Momento este em que a população ansiava por melhores condições de vida, e os educadores permeavam a luta por este cenário, baseados no lema: “luta por uma escola pública, democrática, laica, de qualidade social para todos”. (VALLE, 2009, p.57)

No final dos anos 1970 e durante a década de 1980, os debates sobre a democratização, Estado e a liberdade de expressão começaram a tomar corpo, sendo

liderados pelas associações representativas da sociedade civil em conjunto com os movimentos sindicais, responsáveis por diversos atos de contestação; greves por melhorias salariais e melhorias de trabalho, colaborando para se repensar a organização social brasileira. Esses movimentos serviram de pressão aos deputados e senadores por ocasião da elaboração da Constituição de 1988 (VIEIRA, 2012; VALE, 2009; ABDALA e PAULILO, 2010).

Os anos de 1980 são considerados por Vieira (2012) como o início da reforma do Estado brasileiro frente aos processos de globalização da economia, introdução da microeletrônica e o neoliberalismo. Nesse período deu-se início ao processo peculiar ao de Estado-mínimo e Estado-máximo, nesse aspecto a autora cita Gentilli (1995) que descreve: Estado-mínimo, no que concerne aos recursos financeiros, sobretudo, para as políticas sociais e, Estado-máximo, em seu controle nas políticas sociais como, por exemplo, no Brasil, a avaliação (Enem, Saeb, Provão), o planejamento educacional.

Na esfera educacional, Vieira (2012) diz que a corrente neoliberal, em termos gerais, não defendia a tutela do Estado em relação à oferta de educação pública a todo cidadão. Seguindo estes fatos, o campo educacional teve um novo papel frente às recentes demandas do mercado globalizado. Assim, a educação deveria assumir novas funções para gerar empregabilidade e o empreendedorismo, tornando sujeitos aptos às exigências do mercado, onde “o indivíduo deve aprender a aprender, aprender a ser, aprender a fazer”. (VIEIRA, 2012, p. 81)

Analisando os marcos regulatórios da educação que integraram paulatinamente o direito ao acesso do ensino público, ressaltam-se a Constituição de 1946 que garantiu a obrigatoriedade do ensino primário de quatro anos e a sua gratuidade; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, de 1961, a qual explicitou que essa obrigatoriedade se daria a partir dos sete anos de idade; a Emenda Constitucional de 1969, que estipulou que o ensino primário se tornasse obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, sendo gratuito nos estabelecimentos públicos; a Lei nº 5.692/71, que reformulou a LDB de 1961, e entendeu ser o ensino primário, presente na Constituição, correspondente ao ensino de primeiro grau, duplicando, o tempo de obrigatoriedade e de gratuidade de estudos de quatro para oito anos.

Ainda na perspectiva de Vieira (2012), foi a partir desse amparo legal de garantia de direito à educação pública, que o país chegou à Constituição de 1988. A

Constituição em discussão foi a que dedicou um capítulo à educação, contemplando como direito de todos e dever do Estado e da família. A Carta Magna também mencionou o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo e a omissão de sua oferta pelo poder público, acarreta responsabilização da autoridade competente. Além disso, ratificou um percentual de recursos financeiros para a educação, nunca menos que 25% para os Estados e Municípios e Distrito Federal e 18% para o Governo Federal.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, um novo cenário aflorou na possibilidade de novos rumos para a democracia do país e para a educação pública. A partir desse contexto surge a LDB de 1996, uma legislação específica sobre a educação. Nesta senda, Abdala & Paulilo (2010, p.132), fazem uma reflexão:

> [...] quanto à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394, de 20 dez. 1996). Um estudo de Regina Gracindo mostrou que, por ocasião dos debates em torno do projeto da LDB, delinearam-se, no Congresso, três grandes blocos de representação popular em defesa do ensino público e gratuito, democrático e de qualidade. Considerando as interpretações acerca do que significava defender esse ensino, Regina Gracindo distingue: o grupo invariante, interessado em manter o *status quo* e a vigência do capitalismo expropriador; o mudancista, que propunha mudanças para que o capitalismo se voltasse para os direitos sociais; e, o transformador, que queria uma escola pública voltada para a transformação social.

A nova LDB revogou todos os textos legais em vigor até então (Lei no 4.024/61, Lei no 5.540/68 e Lei no 5.692/71), por isso sua grande importância no contexto brasileiro. Os pontos principais da disputa para implementação da LDB foram referentes ao: público versus privado; financiamento; relação educação e trabalho; alargamento do conceito de educação básica; fortalecimento da carreira do magistério; piso nacional unificado; autonomia universitária; redução de verbas públicas a instituições privadas, dentre outras.

O projeto que tramitou na Câmara dos Deputados fora desenvolvido por entidades e associações educacionais, dando destaque para o papel social da educação. No entanto, acabou sendo derrotado pelo projeto Darcy Ribeiro, surgido no Senado. A discussão parlamentar mais uma vez seguiu reforçando o modelo privatista na legislação da educação na compreensão de Saviani (2004). O projeto de autoria de Darcy Ribeiro dentre outras coisas, concedia a alocação de recursos públicos para instituições privadas, através de subvenções, doações e cooperação financeira. O projeto que se se tornou a LDB, teve apoio amplo do Poder Executivo,

tendo acentuada orientação neoliberal, servindo, nas palavras de Saviani (2004, p. 50), como “[...] instrumento de ajustamento da educação às demandas do mercado numa economia globalizada centrada na tão decantada sociedade do conhecimento”.

A LDB trouxe avanços e retrocessos quanto aos temas em disputa. O texto final da LDB é o resultado histórico possível frente ao jogo de forças e de interesses em conflito no contexto da atual conjuntura política da sociedade brasileira. Depois de quase dez anos de discussão da LDB, em 20/12/1996, foi sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), a pedido do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), chamada de Lei Darcy Ribeiro.

Ainda no contexto da legislação vigente que orienta a educação brasileira, destacamos o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei Federal n° 13.005/14), que de acordo com Moraes *et al.* (2016), surgem questões importantes relacionadas à implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação básica em um contexto brasileiro de desigualdades históricas e estruturais.

Embora as diretrizes educacionais recentes, concretizadas no Plano Nacional de Educação, apontem para a consolidação da educação como direito inalienável de todos, demonstram-se contradições no que diz respeito ao alcance de objetivos neste período tão significativo para o país. A comprovação, segundo Moraes *et al.* (2016), foi verificada com a demonstração acadêmica da baixa porcentagem do alcance de metas do Plano Nacional de Educação no período 2001 a 2010, cujo eixo principal de financiamento foi vetado pelo Presidente à época FHC, impossibilitando a concretização de diversas políticas públicas.

As políticas públicas das últimas décadas não foram capazes de mudar o cenário excludente, apesar do avanço no acesso formal à escola de ensino fundamental no período dos anos 1990 e começo deste século. De alguma forma o acesso ao ensino se avolumou, em contrapartida os fracassos parecem permanecer, quando se considera as taxas de analfabetismo evasão escolar e distorção idade-série insistem em demonstrar o retrato de um país que até o presente não conseguiu cumprir suas metas educacionais (MORAES *et al.* 2016).

Nesta senda, chegamos ao Estado do Amapá, local imerso no problema que atinge outros Estados brasileiros em relação à formulação e implementação de Políticas Públicas Educacionais, no que diz respeito à adesão, prioritariamente, a Políticas Públicas elaboradas pela União em função da liberação de recursos. É o que se observa com as informações subsequentes.

2.6 O ENSINO SUPERIOR NO ESTADO AMAPÁ E SUA EXPANSÃO

O Estado do Amapá está situado a nordeste da região Norte e tem como limites o estado do Pará, a Guiana Francesa, o oceano Atlântico e o Suriname. O estado tem 16 municípios, evidenciados na figura 2, sendo a capital Macapá, a maior cidade do estado, estando localizado no extremo norte do país. Conforme o Censo do IBGE (2010b), o Amapá possui uma Área 142.814,585 km²; Com uma população 669.526 de habitantes; Densidade de 4,69 habitantes/km².

Figura 2 – Mapa do Amapá

Fonte: http://www.amapafotos.com.br/p/amapa.html

Embora a ocupação do território tenha ocorrido no século XVI, devido principalmente a exploração das Guianas e da Amazônia, a criação efetiva da unidade federativa só ocorreu em 1943, quando o Governo Federal criou o Território Federal do Amapá, conforme o Panorama dos Territórios (2017), elaborado pelo Instituto Unibanco.

A formação do ensino superior no Estado do Amapá é composta por duas dimensões: ensino público e ensino privado. A constituição do ensino superior público no estado historicamente não é antiga, e esteve inicialmente ligada à Universidade Federal do Pará (UFPA) através de parceria com MEC, quando o hoje Estado ainda era considerado como território. No tocante ao ensino privado, em 1990 através do decreto n. 98.842 de janeiro, foi instituído o Centro de Ensino Superior do Amapá –

CEAP, que permaneceu durante essa década como única instituição de ensino superior privado no Amapá.

Os autores acima citados, dizem que a partir de 1980, o Núcleo de Educação de Macapá – NEM, passou a ofertar curso de licenciaturas, assim como a formação de professores para atuação no magistério. O NEM teve papel fundamental no ensino superior no Estado no período de 1970 a 1992, servindo como base mais tarde para a criação da primeira universidade do estado.

A Universidade Federal do Amapá deu início às suas atividades em 1970 como Núcleo Avançado de Ensino (NEM), ligado à UFPA. Ofertou aproximadamente 500 vagas direcionadas ao magistério, criando dessa forma o ensino superior no Amapá. Em 1990, implanta-se, de fato, a Unifap, através do Decreto n.º 98.977, de 2 de março de 1990. (ARAUJO, 2018).

No ano de 2006 foi criada a Universidade do Estado do Amapá – UEAP, através Lei nº. 0969, de 31/03/2006 e instituída pela Lei nº. 0996, de 31/05/2006. Surgindo como uma alternativa para formação de profissionais de ensino superior, e instrumento para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico local (HISTÓRIA, 2017). No ano seguinte foi instituída a Escola Técnica Federal do Amapá – ETFAP que mais tarde passou a se chamar Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, o qual somente em 2010 iniciou a oferta de cursos de graduação (IFAP, 2018).

As Instituições de Ensino públicas até 2009 detinham a maior parte das matrículas no ensino superior no Amapá, a partir de 2010, os números passaram a se revezar. No ano de 2015 o estado já contava com 13 IES privadas e apenas 3 IES públicas, o total de matriculas nas IES públicas eram de 13.668 enquanto nas IES privadas somavam 32.592 matrículas, conforme detalhamento na Tabela 1.

Tabela 1 – Matrículas Total em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância, por Grau Acadêmico (Bacharelado, Licenciatura, Tecnólogo), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2016

UNIDADE DA FEDERAÇÃO / CATEGORIA ADMINISTRATIVA	TOTAL	BACHARELADO	LICENCIATURA	TECNÓLOGO
AMAPÁ	46.260	27.161	14.793	4.306
PÚBLICA	13.668	5.595	7.623	450
Federal	11.409	4.721	6.367	321
Estadual	2.259	874	1.256	129
PRIVADA	32.592	21.566	7.170	3.856

Fonte: adaptado pela autora de Censo da Educação Superior 2016 (INSTITUTO, 2016).

Nota-se que a expansão do ensino superior tem se dado com o crescimento, sobretudo, das instituições privadas, neste sentindo Souza *et al* (2015), dizem que o ensino superior no país tem passado por um processo de mercantilização, marcado sobretudo pela comercialização do direito à educação, momento pelo qual o ensino privado tem tido destaque em relação ao ensino, através de fomento por parte do Governo Federal, por meio de medidas que beneficiam a lógica mercadológica, ou através de sua omissão em relação a educação pública.

Em cotejo, o processo de mercantilização da Educação, conforme o CONAE 2010 (Conferência Nacional de Educação), em seu documento final, destaca que:

> [...] a partir da segunda metade da década de 1990, fez-se acompanhar de uma diminuição gradativa dos recursos para manutenção e expansão das instituições federais de ensino superior, particularmente das universidades federais. Por essa razão, ocorreu, em certa medida, um processo de intensificação da mercantilização da educação superior, tanto no setor privado como no setor público. (CONAE, 2010, p. 68).

Guimarães e Melo (2016) lembram que a expansão da educação superior, com fundamento na lógica privado-mercantil, aponta para particularidades no contexto da heterogeneidade brasileira. As regiões norte e nordeste, historicamente apresentam os menores índices de acesso também nesse nível educacional. Conforme elucida Bonneti (2011, p. 51), quando diz que “em síntese, no Brasil, as políticas públicas guardam uma lógica de partilha de recursos públicos, [...], estas políticas preservam a lógica de beneficiar grupos sociais específicos, regiões, munícipios, etc.”. Para o autor o enfrentamento a esse processo de exclusão, requer a ampliação de atendimento público, na percepção da educação enquanto direito social para todos.

Um aspecto fundamental a ser observado na política de ampliação nas vagas do ensino superior é o reforço da Educação à Distância. No ano de 2009 houve um aumento de vagas no ensino superior, também é este ano em que se registra os primeiros cursos de EaD no Amapá por meio da UNIFAP. Através da Portaria nº 858 de 04 de Setembro de 2009 do MEC a instituição teve credenciamento em caráter temporário para oferecer cursos na modalidade à distância, aprovados no âmbito da UAB. (UNIFAP, 2012).

Os números da contribuição da EaD, podem ser confirmados de acordo com dados analisados pela Agência Brasil:

> Segundo os dados do censo, as matrículas em EaD cresceram 17,6% de 2016 para 2017. Os estudantes de educação a distância (EaD) chegaram a quase 1,8 milhão em 2017 – o equivalente a 21,2% do total de matrículas em todo o ensino superior. O número de cursos no país também aumentou, de 2016 para 2017, passou de 1.662 para 2.108, o que representa aumento de 26,8% – maior crescimento desde 2009, quando o país passou dos 647 cursos registrados até 2008 para 844 cursos. No total, o ensino superior tem cerca de 8,3 milhões de estudantes em cursos de graduação. Desses, 6,5 milhões estão matriculados em cursos presenciais. Ao contrário do que ocorreu nos cursos de EaD, o número de estudantes nos presenciais caiu 0,4% de 2016 para 2017. A maior parte dos estudantes está matriculada em instituições de ensino privadas, com 75,3% das matrículas. Quando se trata apenas de EaD, essa porcentagem aumenta, as instituições particulares de ensino superior respondem por 90,6% dos estudantes. (AGÊNCIA BRASIL, 2018)

Sabemos que a formação básica e principalmente a superior no estado do Amapá é precária, sendo perceptível pelos resultados obtidos pelo Índice de Desenvolvimento humano (IDH) de 0,708 no item educação (IBGE, 2010c), colaborando para que os índices de analfabetismo e da taxa de matrícula em todos

os níveis de ensino demonstrem que o desenvolvimento humano da região norte fique distantes dos resultados obtidos pelas regiões Sul e Sudeste do país. Essa realidade é confirmada pelos dados do Censo da Educação Superior 2016, cujas matrículas no ensino somavam 46.260 em todo o Estado (INSTITUTO, 2016).

Soma-se a essa realidade a necessidade de avanço no que diz respeito às Políticas Públicas para a educação que levem em consideração realidade do Estado, o que se confirma também em pesquisa realizada na página institucional da Secretaria de Estado da Educação (SEED), onde foram identificados 12 programas e projetos educacionais. Dentre esses programas a maioria é de competência federal (desenvolvidas pelo MEC ou em parceria com o referido Ministério), apenas 3 iniciativas são da SEED, o que retrata uma insuficiência em termos de elaboração de políticas públicas para diminuição do déficit educacional (PANORAMA DOS TERRITÓRIOS, 2017).

2.7 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A Educação a Distância, segundo o MEC, pode assim ser definida:

> é a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Essa modalidade é regulada por uma legislação específica e pode ser implantada na educação básica [...] e na educação superior. (MEC, 2018)

Apesar de parecer um fenômeno recente, a Educação a Distância, dada sua notoriedade advinda com o aumento da popularização pelo seu formato *online*, historicamente ela desponta a partir do século XVIII, quando pessoas foram realizando cursos oferecidos por instrutores à distância. A partir desta informação Alves (2011), elucida alguns caminhos percorridos no mundo para chegamos até a EaD, tal qual conhecemos hoje:

Quadro 2 – Educação a Distância ao longo da história

1728	Marco inicial da Educação a Distância: é anunciado um curso pela Gazeta de Boston. Após iniciativas particulares, tomadas por um longo período e por vários professores, no século XIX a Educação a Distância começa a existir institucionalmente.
1829	É inaugurado na Suécia o Instituto Líber Hermondes, que possibilitou a mais de 150.000 pessoas realizarem cursos através da Educação a Distância.
1840	No Reino Unido, é inaugurada a primeira escola por correspondência na Europa.
1856	A Sociedade de Línguas Modernas patrocina os professores Charles Tous-saine e Gustav Laugenschied, em Berlim, para ensinarem Francês por correspondência.
1892	Nos Estados Unidos, Departamento de Extensão da Universidade de Chicago é criada a Divisão de Ensino por Correspondência para preparação de docentes.
1922	o *Japanese National Public Broa-dcasting Service* inicia seus programas escolares pelo rádio.
1935	A transmissão das aulas de quase todas as matérias literárias da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris, França é realizada por meio da Rádio.
1951	É criada a Universidade de Sudáfrica, a única universidade a distância da África, que se dedica unicamente a desenvolver cursos nesta modalidade.
1960	Nasce a Tele Escola Primária do Ministério da Cultura e Educação na Argentina, a qual integrava os materiais impressos à televisão e à tutoria.
1969	No Reino Unido, é criada a Fundação da Universidade Aberta.
1978	Na Costa Rica, é fundada a Universidade Estadual a Distância.
1987	É criada a Fundação da Associação Europeia de Universidades de Ensino a Distância.
1988	Em Portugal, é criada a Fundação da Universidade Aberta.
1990	É implantada a rede Europeia de Educação a Distância, baseada na declaração de Budapeste e o relatório da Comissão sobre educação aberta e a distância na Comunidade Europeia.

Fonte: Adaptado de Alves (2011, p. 86-87).

Conforme Alves (2011) em âmbito nacional, possivelmente, as primeiras experiências em EaD não foram registradas, uma vez que as informações iniciais

conhecidas, remontam ao século XX. Abaixo temos alguns eventos que marcaram os anais da Educação a Distância no nosso país:

Quadro 3 – A Educação a Distância no Brasil

1904	O Jornal do Brasil registra, na primeira edição da seção de classificados, anúncio que oferece profissionalização por correspondência para datilógrafo.
1934	Edgard Roquette-Pinto instalou a Rádio–Escola Municipal no Rio, projeto para a então Secretaria Municipal de Educação do Distrito Federal.
1941	Surge o Instituto Universal Brasileiro, segundo instituto brasileiro a oferecer também cursos profissionalizantes sistematicamente.
1967	O Instituto Brasileiro de Administração Municipal inicia suas atividades na área de educação pública, utilizando-se de metodologia de ensino por correspondência.
1970	Surge o Projeto Minerva, cuja meta era a utilização do rádio para a educação e a inclusão social de adultos. O projeto foi mantido até o início da década de 1980.
1979	A Universidade de Brasília, pioneira no uso da Educação a Distância, no ensino superior no Brasil, cria cursos veiculados por jornais e revistas, que em 1989 é transformado no Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD) e lançado o Brasil EAD.
1991	O programa “Jornal da Educação – Edição do Professor”, foi incorporado à TV Escola (canal educativo da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação) tornando-se um marco na Educação a Distância nacional.
1996	É criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), dentro de uma política que privilegia a democratização e a qualidade da educação brasileira.
2000	É formada a UniRede, Rede de Educação Superior a Distância, consórcio que reúne atualmente 70 instituições públicas do Brasil comprometidas na democratização do acesso à educação de qualidade, por meio da Educação a Distância, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Nesse ano, também nasce o Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ).
2004	Vários programas para a formação inicial e continuada de professores da rede pública, por meio da EAD, foram implantados pelo MEC. Entre eles o Proletramento e o Mídias na Educação. Estas ações resultaram na criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil.
2005	É criada a Universidade Aberta do Brasil, uma parceria entre o MEC, estados e municípios; integrando cursos, pesquisas e programas de educação superior a distância.
2011	A Secretaria de Educação a Distância é extinta.

Fonte: Adaptado de Alves (2011, p. 87-90).

No concernente à legislação da EaD, Rua (2014, p. 93) menciona que para a compreensão de uma política pública em sua etapa de implementação, existem algumas condições, dentre elas:

- a legislação estabelece objetivos claros e consistentes, ou pelo menos estabelece critérios para solucionar conflitos entre objetivos;
- a legislação incorpora uma teoria que identifica os principais fatores

> causais que afetam os objetivos da política e proporciona aos agentes implementadores jurisdição sobre os grupos-alvo e outros aspectos necessários para alcançar os objetivos;
> - a legislação estrutura o processo de implementação de maneira a maximizar a probabilidade de que os agentes implementadores e grupos-alvo tenham o desempenho desejado. Isso envolve dotar as agências com a adequada integração hierárquica, apoio em regras decisórias, recursos financeiros suficientes e acesso às autoridades que dão apoio à política; [...]

A primeira menção a esta modalidade de educação surgiu no texto da Lei de Diretrizes e Bases de 1961. No documento consta uma normatização da EaD no ensino supletivo, deixando ainda uma lacuna em outros níveis educacionais. Contudo, é na LDB n. 9.394 de 1996 que, foi expressa a possibilidade de acesso aos diversos níveis de ensino em seu Art. 80º, "O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de Educação a Distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada". (BRASIL, 1996).

Os Decretos que inicialmente regularam a EaD no Brasil são o Decreto Nº. 5.622 de 19 de dezembro de 2005, que regulamentava o art. 80 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB), o qual foi revogado pelo Decreto 9.057 de 25 de maio de 2017; e o Decreto N.º 5.773 de 09 de maio de 2006, revogado pelo Decreto N.º 9.235 de 15 de dezembro de 2017, que trata do exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

O Decreto 9.057/2017 considera a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

Conforme o MEC:

> O Decreto Nº 9057/2017 publicado na edição do Diário Oficial da União desta sexta, 26, que atualiza a legislação sobre o tema e regulamenta a Educação à Distância no país, define, ainda, que a oferta de pós-graduação lato sensu EaD fica autorizada para as instituições de ensino superior que obtêm o credenciamento EaD, sem necessidade de credenciamento específico, tal como a modalidade presencial. A nova regra também estabelece que o credenciamento exclusivo para cursos de pós-graduação latu sensu EaD fique restrito às escolas de governo. Todas as mudanças tiveram como

> objetivo, além de ampliar a oferta e o acesso aos cursos superiores, garantir a qualidade do ensino. (BRASIL, 2017)

E por fim citamos o Decreto N.º 9.235/2017, com destaque para as seguintes inovações em sua redação:

> Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior - IES e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação **lato sensu**, nas modalidades presencial e a distância, no sistema federal de ensino.
> § 1º A regulação será realizada por meio de atos autorizativos de funcionamento de IES e de oferta de cursos superiores de graduação e de pós-graduação **lato sensu** no sistema federal de ensino, a fim de promover a igualdade de condições de acesso, de garantir o padrão de qualidade das instituições e dos cursos e de estimular o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
> § 2º A supervisão será realizada por meio de ações preventivas ou corretivas, com vistas ao cumprimento das normas gerais da educação superior, a fim de zelar pela regularidade e pela qualidade da oferta dos cursos de graduação e de pós-graduação **lato sensu** e das IES que os ofertam.
> § 3º A avaliação será realizada por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes, com caráter formativo, e constituirá o referencial básico para os processos de regulação e de supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade.
> § 4º As funções de supervisão e de avaliação de que trata o **caput** poderão ser exercidas em regime de cooperação com os sistemas de ensino estaduais, distrital e municipais.
> § 5º À oferta de educação superior a distância aplica-se, ainda, o disposto no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

Percebemos que não se pode olvidar a existência de um afrouxamento cada vez maior quanto as regras para criação e oferta de cursos superiores à distância, uma vez que esta modalidade pode, de acordo com especialistas da área, acarretar em lucros sem preocupação com a qualidade do ensino por parte das instituições, além de expectativa da educação em massa, vez que os cursos EaD estão se tornando menos onerosos, o que se confirma pela perspectiva de um Professor da CEaD/UFU (Centro de Educação a Distância da Universidade Federal de Uberlândia):

> [...] apresentam certa preocupação com as mudanças, principalmente em relação a uma metodologia “eficiente de controle de qualidade do modelo ofertado, além disso, o decreto dá mais liberdade para as instituições trabalharem, porém, aquelas instituições que objetivam ganhos exorbitantes com a EaD poderão simplesmente desconstruir a iniciativa governamental, tudo dependerá da qualidade, avaliação e acompanhamento dos cursos”, conclui. **(UFU, 2017)**

2.8 O SISTEMA UAB E OS POLOS DE APOIO PRESENCIAIS

O Sistema UAB foi criado pelo Ministério da Educação no ano de 2005, em parceria com a ANDIFES (Associação Nacional Dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior. Trata-se de uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC e a Diretoria de Educação a Distância - DED/CAPES visando à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.

No ano de 2006 o Sistema fora instituído através do Decreto n° 5.800 de 08 de junho de 2006. É composto por universidades públicas que oferecem cursos superiores através da educação à distância, para a formação inicial e continuada dos professores da educação básica, assim como, dirigentes, gestores e trabalhadores em educação dos estados, municípios e do Distrito Federal.

Conforme o Decreto 5.800, são objetivos do Sistema UAB:

> I - Oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada para professores da educação básica;
>
> II - Oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores da área de educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios;
>
> III - Oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
>
> IV - Ampliar o acesso à educação superior pública;
>
> V - Reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do país;
>
> VI - Estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
>
> VII - Fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006).

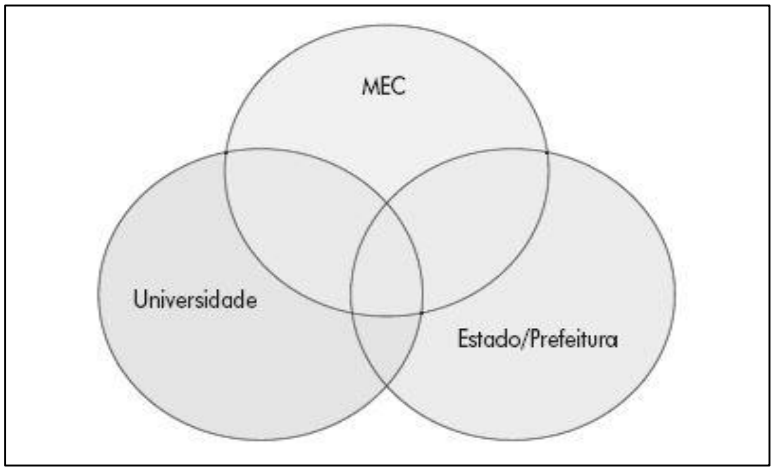
O Sistema UAB conta hoje com 109 Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e oferta em seus 771 polos, um total de 800 cursos. Objetivando garantir o apoio necessário às atividades de ensino-aprendizagem, esses polos atuam em regime de colaboração por estados, especialmente, pelos municípios. Assim, a Universidade Aberta do Brasil é um sistema que “oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância”, (CAPES, 2018a), possibilitando

assim, oportunidade de ensino, incentivando o desenvolvimento econômico dessas regiões, além da diminuição da migração para as grandes cidades.

A oferta de cursos pelo Sistema é fomentada por uma parceria entre o MEC, por intermédio da CAPES, as IES, os Estados e os Municípios. Neste processo, Estados e Municípios se candidatam a receber esses cursos e se responsabilizam pela infraestrutura dos polos em que os alunos terão acesso aos cursos. Dessa forma, as responsabilidades nesta parceria entre as três instâncias são: a CAPES, fomentando e articulando os processos; a IES, propondo, organizando e ofertando os cursos; e os Estados e os Municípios, garantindo a infraestrutura necessária para atender às atividades presenciais nos polos, conforme figura 3.

Neste sentindo Litto e Formiga (2012), dizem que a UAB foi concebida em forma de projeto e em pouco tempo transformou-se em um sólido programa de formação do ensino superior. Trata-se de “um sistema de formação em nível superior, fruto de uma parceria entre Ministério da Educação (MEC), instituições de ensino superior (IES) e governos locais (municípios e estados mantenedores de polos de apoio presencial)” (LITTO E FORMIGA, 2012, p.280). Os autores ainda complementam que embora tenha adquirido evidência, o sistema necessita de compreensão em alguns aspectos tanto positivos, quanto negativos.

Figura 3 – Modelo de parceria do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), envolvendo instâncias do MEC (Ministério da Educação), universidades e governos estaduais e/ou municipais



Fonte: Litto e Formiga (2012, p.282)

Consonante ao exposto, a UNIFAP em conjunto com prefeituras dos municípios e Governo do Estado, firmou parceria para fornecimento de ensino em 4

(quatro) polos no Estado do Amapá, ofertando os cursos explicitados na Tabela 2, sendo os referidos Polos localizados em:

- Macapá: que possui o Polo Equador, tendo como mantedor o Governo do Estado do Amapá;
- Santana: município vizinho de Macapá, possui o Polo Santana, tendo como mantenedora a Prefeitura Municipal de Santana;
- Vitória do Jarí: município distante 266,6 km da capital, possui o Polo Caulim da Amazônia, tendo como mantenedora Prefeitura Municipal do Vitoria do Jarí; sendo este polo escolhido como objeto de estudo, e
- Oiapoque: município distante 580 km da capital possui o Polo Intercâmbio, como mantenedor o Governo do Estado do Amapá.

Tabela 2 – Cursos ofertados pela UNIFAP no período de 2010 a 2018

CURSO	POLO	MATRICULADOS
Licenciatura em Matemática	Santana-AP	50
Licenciatura em Matemática	Macapá-AP	150
Licenciatura em Matemática	Vitória do Jari-AP	50
Licenciatura em Matemática	Oiapoque-AP	27
Licenciatura em Educação Física	Macapá-AP	59
Licenciatura em Educação Física	Oiapoque-AP	60
Administração Pública	Santana-AP	75
Administração Pública	Macapá-AP	75
Administração Pública	Vitória do Jari-AP	50
Licenciatura em Letras/Português	Vitória do Jari-AP	75
Licenciatura em Letras/Português	Oiapoque-AP	75
Licenciatura Letras/Inglês	Santana-AP	75
Licenciatura Letras/Inglês	Macapá-AP	75
Licenciatura em Matemática	Santana-AP	40
Licenciatura em Matemática	Macapá-AP	40
Licenciatura em Matemática	Vitória do Jari-AP	40
Licenciatura em Sociologia	Santana-AP	75
Licenciatura em Sociologia	Macapá-AP	75
Licenciatura em Educação Física	Macapá-AP	135

Fonte: Elaborado com base em dados do DEaD/Unifap (2018)

Encontra-se em andamento a implantação de mais quatro polos que funcionarão em parceria com a UNIFAP, com previsão para funcionamento no primeiro semestre de 2019, gerando perspectivas promissoras para os próximos anos: “Nós atenderemos metade dos municípios do estado do Amapá com o sistema EaD

para graduação e pós-graduação. Um grande avanço para a sociedade e o fortalecimento do ensino à distância no interior", afirmou o diretor do DeaD (Departamento de Educação a Distância) da UNIFAP. O ingresso para os novos polos devem ocorrer em 2019, por meio de Processos Seletivos.

O Polo UAB é uma estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo para as atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas de Educação a Distância, de responsabilidade das IES. O polo UAB é localizado, preferencialmente, em municípios de porte médio, que apresentam um total de habitantes entre 20 e 50 mil, e que não possuam instalações acadêmicas públicas de nível superior.

No Estado do Amapá o Sistema UAB tem contribuído para a formação de um elo de inclusão e oportunidades sociais para as comunidades mais distantes da capital, gerando assim oportunidades reais de acesso ao ensino superior para as pessoas destes locais, uma vez que estes cursos são ofertados pelas universidades de forma gratuita. O MEC (BRASIL, 2018), confirma esta perspectiva quando diz que um dos objetivos do programa é a redução na desigualdade da oferta de ensino superior e a fim de criar um "amplo sistema nacional de educação superior a distância".

Desta forma, o item seguinte faz a caracterização do munícipio de Vitória do Jari no Estado do Amapá, município contemplado com a política pública de expansão e interiorização do ensino superior estabelecida pelo Governo Federal através do Ministério da Educação.

2.8.1 O município contemplado

O Munícipio de Vitória do Jari fica localizado na parte sul do Amapá, conforme figura 4, e resulta do desmembramento do munícipio de Laranjal do Jari. Fora criado pela Lei nº 0171, de 08 de setembro de 1994. Seu surgimento está ligado a história de desenvolvimento do município de Laranjal do Jari, e, sobretudo à instalação do Projeto Jari Florestal. Sua área é estimada em aproximadamente 2.428,0Km², fazendo limite com os municípios de Laranjal do Jari e Mazagão, Rio Amazonas (Pará) e Ajuruxi.

Figura 4 – Mapa com área destacada Vitória do Jarí

Fonte: Google Maps, 2018

Conforme a página da internet da Prefeitura Municipal de Vitória do Jari:

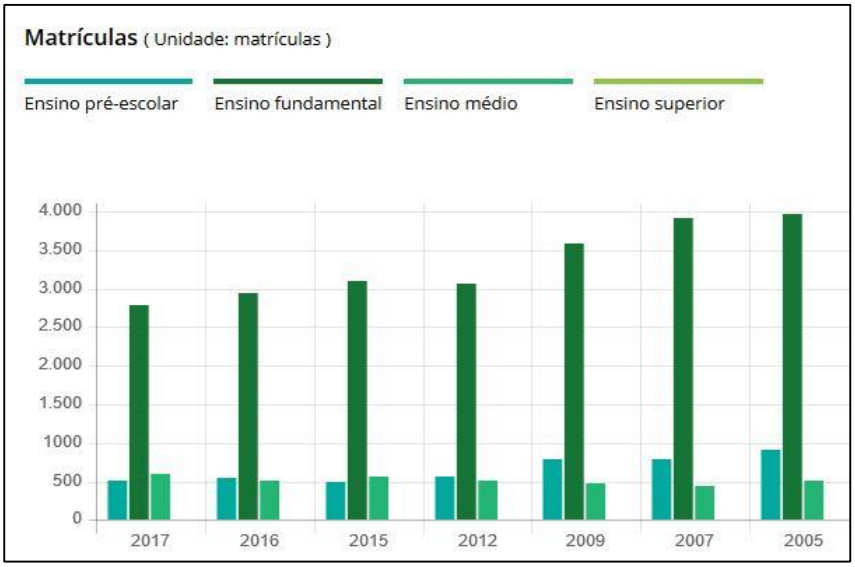
> Por estar praticamente dentro do Município de Laranjal, Vitória do Jari, conhecido popularmente por Beiradinho, enfrenta os mesmos problemas daquele município: enchentes, desemprego e, sobretudo, péssimas condições de moradia para a população menos assistida, que vive sobre pontes e palafitas. (PREFEITURA, 2018)

Nos dados disponibilizados pela já citada prefeitura, em relação à economia existente no munícipio destacam-se a agricultura (plantação de milho, banana, melancia, abóbora, arroz, mandioca etc), a pecuária (criação de bovinos e bubalinos), sendo que as principais atividades produtivas são advindas das cooperativas e do extrativismo. No entanto, a economia de Vitória do Jari gira em torno da empresa Jari Celulose, localizada em Monte Dourado-PA a qual mantém em seu quadro centenas de empregados. Colaboram ainda na expansão do setor econômico a extração do caulim pela empresa Cadam S.A. e a extração de Castanha do Brasil da COMAGE – Cooperativa situada no Morro do Felipe no Pará. No setor terciário figuram pequenas mercearias, bares e diversas boates.

Em relação ao item educação o Munícipio retrata uma realidade comum aos outros munícipios do Estado do Amapá, a baixa taxa de escolaridade, conforme o IBGE (2017), Vitória do Jari teve 2.785 matrículas no ensino fundamental em 2017

e 600 matrículas no ensino médio no mesmo ano, sendo que a pesquisa não mostra a taxa de matriculas no ensino superior, conforme se vê na figura 5:

Figura 5 – Matrículas em 2017



Fonte: IBGE (2017)

Neste sentido, a implantação da política pública da EaD no munícipio veio para atenuar a ausência de oferta do ensino superior pelo poder público, cumprindo com um dos objetivos proposto dessa política que é o de levar formação superior aos locais que não possuam instituições públicas que ofereçam este nível de ensino.

Implementados no Estado do Amapá, os Polos de Apoio Presenciais vem propiciando a presença física, resgatando o convívio social da escola convencional, desta vez, conduzido pelas possibilidades da internet, tornando-se uma das medidas capazes de diminuir a distância entre pessoas e o tão sonhado “nível superior”, promovendo melhorias nos índices de acesso ao ensino gratuito e de qualidade, como de fato foi planejada sua implantação, e sendo um dos objetivos da pesquisa, cujos passos são identificados no capítulo a seguir.

3 O POLO UAB VITÓRIA DO JARI: DESCRIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE SUA INFRAESTRUTURA

Este capítulo abordará os fundamentos da implantação de um Polo UAB, como foi planejado no que diz respeito a sua infraestrutura, levando-se em consideração as categorias: recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos disponibilizados, bem como discorrerá sobre as diretrizes regulamentadoras para implementação dessa política pública. Também será evidenciada a descrição da coleta de dados, assim como uma análise dos documentos reunidos. Por fim, será feita a descrição da implantação do Polo UAB de Vitória do Jari.

3.1 DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Preliminarmente, faz-se necessário definir as categorias de estudo relativas a implantação do Polo:

Quadro 4 – Categorias de Análise da Implantação do Polo

Descrição
1. Recursos Humanos: neste estudo os recursos humanos são todo o pessoal disponibilizado pelo mantenedor para atuar no Polo de Apoio Presencial: Coordenador de Polo; Secretária (o) ou Apoio Administrativo; Técnico (s) de informática; Bibliotecário ou auxiliar de biblioteca; Pessoal de segurança; Pessoal de manutenção e limpeza.
2. Recursos Materiais: aqui são considerados os espaços físicos. Espaços Gerais do Polo UAB (Sala para coordenação do Polo UAB; Sala para secretaria do Polo UAB; Sala de reunião e Banheiros); Espaços de apoio do Polo UAB (Laboratório de informática; Biblioteca); e Espaços acadêmicos (Sala multiuso) e Laboratório pedagógico.
3. Recursos Tecnológicos: Computadores; Conexão à internet em banda larga.
4. Recursos Financeiros: Orçamento para custear gastos com material permanente, material de consumos e serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas.

Fonte: Baseado em Capes (2018b).

3.2 FUNDAMENTOS DA IMPLANTAÇÃO DOS POLOS UAB

Definidas as categorias, passaremos a abordar alguns documentos que servem de referência para a implantação de um Polo, dando ênfase a sua importância, por trazerem em seu escopo a obrigatoriedade de alguns requisitos mínimos para garantia do sucesso de sua implementação, sendo eles:

Quadro 5 – Documentos do Polo - MEC

Itens
1. Referencial de Qualidade (2007)
2. Documento Orientações Básicas sobre o Polo UAB
3. Instrumento Credenciamento de Polo de Apoio Presencial
4. Instrumento de Avaliação Externa (Avaliação da Dimensão Infraestrutura Física dos Polos)

Fonte: elaborada pela autora.

No cenário político permanente de ampliação da educação superior no País, implementada pelo Ministério da Educação, a EaD é apontada como uma modalidade importante no seu desenvolvimento. Nesse sentido, é fundamental a definição de princípios, diretrizes e critérios que sejam referenciais de qualidade para as instituições que ofereçam cursos neste formato. Assim, em 2007, foi apresentado pela hoje extinta Secretaria de Educação a Distância (SEED) em parceria com o MEC, documento com a definição desses referenciais para a modalidade de educação superior a distância no país, desenvolvido com o objetivo de ser um parâmetro para dar suporte aos atos legais referentes a regulação, supervisão e avaliação da EaD.

Conforme o citado referencial, o conteúdo compreende as determinações apresentadas na legislação brasileira que, à época, faziam referência a EaD, como a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, do Decreto nº 5.622, de 20 de dezembro de 2005 e do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006, os quais importa lembrar que estes dois decretos foram substituídos, conforme já destacado aqui. Embora o documento não possua força de lei, é balizador para respaldo de atos legais do poder público no que se refere aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade citada. (BRASIL, 2007)

No documento do MEC, ao que tange a composição e consolidação de diferentes modelos de ofertas de cursos a distância em andamento no país, o destaque fica por conta da inclusão de referências. Neste ponto, para este estudo, é importante destacar a inclusão de referências específicas aos polos de apoio presencial, que foram inicialmente contemplados com as regras dos Decretos supracitados e pela Portaria Normativa nº 2, de janeiro de 2007. Desta forma, o Polo passou a compor, com especial destaque, o grupo de instalações que passou a receber avaliação externa, quando do credenciamento institucional para a modalidade de educação a distância. (BRASIL, 2007)

As Instituições de Ensino Superior que oferecem cursos à distância, conforme recomendado pelos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, devem apresentar categorias que envolvem diferentes aspectos, sendo eles: Pedagógica; Sistema de comunicação; Infraestrutura; e Recursos humanos, conforme descrito abaixo:

> Devido à complexidade e à necessidade de uma abordagem sistêmica, referenciais de qualidade para projetos de cursos na modalidade a distância devem compreender categorias que envolvem, fundamentalmente, aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura. Para dar conta destas dimensões, devem estar integralmente expressos no Projeto Político Pedagógico de um curso na modalidade a distância os seguintes tópicos principais:
> (i) Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem;
> (ii) Sistemas de Comunicação;
> (iii) Material didático;
> (iv) Avaliação;
> (v) Equipe multidisciplinar;
> (vi) Infra-estrutura de apoio;
> (vii) Gestão Acadêmico-Administrativa;
> (viii) Sustentabilidade financeira. (BRASIL, 2007, p. 8)

É importante observar que as dimensões indicadas não atuam de forma isolada e se complementam em suas ações, no entanto, neste estudo, nos interessa elucidar a dimensão de infraestrutura. Consoante é fundamental a existência nas instituições de criação de uma infraestrutura que concentre a gestão dos cursos ofertados, de acordo com os Referenciais de Qualidade: “Estes espaços nas instituições podem se configurar em estruturas mais gerais como centros ou secretarias de educação a distância ou em estruturas mais localizadas [...]”, (BRASIL, 2007, p. 25).

Estes espaços podem ser admitidos como locais que a instituição deve possuir para o suporte de professores e alunos. Neste sentindo, as unidades darão suporte ao planejamento, produção e gestão dos cursos a distância, visando garantir o padrão de qualidade, carecendo de infraestrutura básica formada de no mínimo secretaria acadêmica, salas de coordenação do curso, salas para tutoria a distância, biblioteca e sala de professores.

Destarte, Belloni (2015) lembra que referente à estrutura organizacional, identifica-se duas categorias distintas que comportam uma grande variedade de tipos de instituições atuando na área da educação a distância o que a autora chamou de “instituições *especializadas (single-mode)* e instituições *integradas (dual-mode)”,*

(BELLONI, 2015, p.100). As *especializadas* dispensam atenção exclusivamente ao ensino a distância, a exemplo, citamos as Universidades Abertas Europeias. Já a categoria *integradas*, compreende uma grande diversidade de experiências EaD vivenciadas por instituições públicas ou privadas convencionais.

As experiências de EaD realizadas em universidades ditas convencionais têm demonstrado que os sistemas “integrados” podem ser eficiente apresentando vantagens em relação aos sistemas “especializados”, uma que vez que tanto para a modalidade presencial, beneficiada pelo fomento de métodos e materiais inovadores; Quanto para a modalidade a distância que a tendência é ganhar com a maleabilidade possível através do *feedback* mais imediato de seus cursos (CAMPION & KELLY, 1988; RUMBLE, 1992; CARMO, 1997 *apud* BELLONI, 2015).

No contexto da UNIFAP, a instituição criou uma unidade administrativa ligada a Pró-Reitoria de Graduação, o Departamento de Educação a Distância (DEaD), tendo como escopo gerir (administrar, coordenar e assessorar) o desenvolvimento de cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão na modalidade a distância da Instituição. Assim, o DEaD/UNIFAP desempenha também o papel de gerenciamento do Programa Universidade Aberta do Brasil, fazendo parceria com Prefeituras e Governo do Estado para articulação de novos polos de apoio presencial, a fim de que se possa oferecer novos cursos e ampliação de vagas (SARAIVA *et al*, 2018). Em concordância, temos uma definição do departamento dada por Saraiva e Leite (2017, p.62):

> [...] Departamento de Educação a Distância da UNIFAP, tem sua modalidade educacional fundamentada no sistema de parcerias entre a CAPES, Prefeitura e Governo, responsáveis pela manutenção dos polos, no qual possui instalado um conjunto de recursos tecnológicos utilizados de forma integrada, tais como: computadores, impressoras, aparelhos de DVD, televisão, data show e biblioteca que permitem a realização das aulas a distância e/ou encontros presenciais, permitindo, desta forma, atender seu público e as comunidades dos municípios de Vitória do Jari, Oiapoque, Santana e Macapá [...]

Saraiva *et al* (2018), ainda relatam em seu estudo que apesar do Departamento se apresentar como uma estrutura organizacional consistente, foi constatado através de análise na documentação do DEaD/Unifap, que ainda não existe um documento regulatório que normatize essa modalidade na instituição, mas afirmam haver alguns passos dados, neste sentido: “já há um processo em tramitação

da institucionalização da EaD na UNIFAP, porém até o presente momento encontra-se em análise pelos setores competentes". (SARAIVA *et al*, 2018, p. 8).

O cenário da institucionalização da EaD, com a integração dos cursos de graduação do Sistema UAB, é de desconstrução da habitual ideia de EaD como eixo autônomo no contexto das universidades, sobretudo, as públicas. Assim, Litto e Formiga (2012, p.286) defendem que a UAB afetou "a própria noção de modalidade (presencial *versus* EAD) a partir da necessidade de enquadramento da UAB no organograma universitário", além de derrubar a noção de centro de formação emancipado, comumente estruturado como parte da instituição, porém atuando como "um gueto na vida universitária". Os autores ainda visualizam dois modelos de institucionalização nas instituições integrantes da UAB:

> a) criação de uma instância desvinculada da estrutura tradicional e responsável pela organização e oferta dos cursos pela EAD; e
> b) criação de uma instância vinculada à reitoria (no organograma universitário) e responsável pela regulação e suporte aos cursos de EAD da instituição, mas deixando os cursos sob responsabilidade das pró-reitorias e setores de direito/dever. Qualquer um dos modelos apresenta pontos positivos e negativos, mas a virtuosidade da UAB nesse processo está no estímulo à reflexão por uma estrutura universitária que incorpore a EAD como modalidade regular da instituição e não como anexo à estrutura. (LITTO & FORMIGA, 2012, p. 286)

A outra instalação fundamental, apontada pelo Referencial, refere-se a infraestrutura que as instituições devem oferecer aos cursos da modalidade a distância, são os polos de apoio presencial. A implantação do polo representa, para o aluno, o ponto de referência do curso, auxiliando em todo o desenvolvimento necessário do processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, nesses espaços serão realizadas atividades presenciais contidas em lei, tais como avaliações, defesas de trabalhos de conclusão de curso, aulas práticas, quando for o caso, estágio obrigatório, quando previsto em legislação pertinente, além de orientação aos estudantes pelos tutores, videoconferência, utilização do laboratório de informática e da biblioteca, entre outras. Ainda sobre o exposto deve-se ressaltar que:

> [...]a escolha da localização dos mesmos e sua estruturação devem respeitar as peculiaridades de cada região e localidade, bem como as particularidades dos cursos ofertados e suas respectivas áreas de conhecimento. Essa escolha criteriosa deve considerar a vinculação entre os cursos ofertados e as demandas locais, em favor do desenvolvimento social, econômico e cultural da região. (BRASIL, 2007, p. 26)

Conforme estabelecido pelo MEC, para que o polo de apoio desempenhe seu papel, o polo UAB deve:

- Possuir infraestrutura adequada, recursos humanos qualificados e documentação que comprove a sua institucionalização;
- Possibilitar aos estudantes o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) indispensáveis à mediação didático-pedagógica dos cursos a distância (em especial quanto ao Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA utilizado), aos conteúdos digitais das disciplinas e à biblioteca física e virtual;
- Observar os padrões de legais de acessibilidade conforme o disposto pela Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, atualizada pela Lei 11.982 de 2009; e
- Possuir identificação visual obrigatória da CAPES/MEC, conforme disposições da Assessoria de Comunicação Social (ACS).

Objetivando melhor entender a implantação de um Polo UAB, o DEaD/UNIFAP utiliza o documento “Orientações Básicas sobre Polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil” como direcionamento. Esse documento assevera que depois da admissibilidade de novo polo, a Diretoria de Educação a Distância trabalha na realização de análises apropriadas para verificar se foram atendidos os critérios estabelecidos e, a partir disso, também executam visita *in loco* ao novo polo para acompanhar e cadastrar suas condições de infraestrutura física e tecnológica, de recursos humanos e sua documentação. A partir da visita, o polo constituirá, em caráter provisório, o Sistema UAB, nos casos que sua situação seja declarada como Apto (AA) ou Apto com Pendências (AP). Consoante, o quadro 6, evidencia os referidos conceitos.

Considerando a legislação vigente, os Polos necessitam passar por visita complementar no prazo de 90 dias que antecedem o início do primeiro curso, para que, de fato, se consolide como parte integrante ao Sistema UAB. Em relação à validação dos polos quantos aos projetos pedagógicos dos cursos (laboratórios específicos, por exemplo, de Física, Química, Biologia, instalações esportivas etc.), os coordenadores dos cursos ofertados no polo fazem as articulações junto à equipe docente.

Quadro 6 – Classificação da Visita de Credenciamento

CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
Apto (AA)	Circunstância que indica a adequação da infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos do Polo, bem como a existência de toda a documentação necessária. O polo está liberado pela DED/CAPES para a articulação de cursos que não requeiram instalações específicas e para cursos que precisem de instalações e equipamentos pedagógicos, caso o polo disponha de tais instalações e equipamentos.
Apto com Pendências (AP)	Circunstância que indica a necessidade de adequações na infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos do Polo, bem como em sua documentação. Nesse caso, o mantenedor deve resolver as pendências apontadas durante a visita de monitoramento e encaminhar documentação comprobatória à DED/CAPES, no prazo de 90 (noventa) dias. Se a DED/CAPES não receber a documentação comprobatória no prazo estipulado, será iniciado processo de desligamento do polo do Sistema UAB.
Não Apto (NA)	Circunstância que indica a presença de graves restrições na infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos do Polo, bem como em sua documentação. O mantenedor poderá interpor recurso junto à DED/CAPES, apresentando, no prazo de 30 (trinta) dias, um Plano de Revitalização. Caberá à DED/CAPES a decisão a respeito do recurso: em caso de deferimento, o mantenedor deverá iniciar imediatamente a execução do Plano de Revitalização e, findo o prazo, será realizada uma nova visita de monitoramento para eventual reclassificação do polo. Em caso de indeferimento, será iniciado o processo de desligamento do polo do Sistema UAB.

Fonte: baseado no documento Orientações Básicas sobre Polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil (CAPES, 2013).

No que concerne ao monitoramento do polo por parte da DED/CAPES, é realizada visita *in loco* a cada três anos, ainda prevista visitas para integração do polo ao Sistema UAB. O polo poderá receber outras visitas, em caso de denúncia, ou acontecimento subsequente. A visita de monitoramento é realizada através da ida de um consultor indicado pela Diretoria acima citada, com intuito de averiguar as características relacionadas à Infraestrutura, pessoal, recursos tecnológicos e documentação do polo e com base nestas informações é efetuado seu cadastro no SisUAB, que segundo a CAPES (2014):

> O SisUAB é uma plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos da Universidade Aberta do Brasil. Está preparado para o cadastramento e consulta de informações sobre instituições, polos, cursos, material didático, articulações, colaboradores e mantenedores.

> [...] O acesso ao SisUAB é permitido apenas aos usuários previamente autorizados (coordenadores UAB e coordenadores de curso, coordenadores de polos de apoio presencial e colaboradores da CAPES).

As informações adquiridas durante as visitas de monitoramento são apontadas em instrumento próprio, em que são mencionadas eventuais modificações a serem realizadas nos polos. A visita de monitoramento classificará o polo conforme os conceitos mencionados no Quadro 6, importando mencionar que todos os associados (Coordenador UAB e mantenedores) são comunicados do resultado através de ofício, além de poderem consultar a documentação no SisUAB.

O polo somente poderá ofertar cursos novos em caso de classificação “Apto”. Um polo considerado “Apto com Pendências” (AP) ou “Não Apto” (NA) poderá dar andamento somente nas ofertas de cursos já cadastradas no SisUAB, desde que tenha o Plano de Revitalização deferido. Novas articulações e ofertas de cursos somente serão autorizadas após a reclassificação do polo como “Apto” motivadas pela conclusão das ações saneadoras, envio de documentação comprobatória e nova visita de monitoramento.

O documento utilizado pela DEaD/UNIFAP ainda aborda a gestão do Polo UAB efetivo, em que diz ser de responsabilidade do mantenedor (Estado ou Município), através de um Coordenador de Polo, admitido mediante processo seletivo. As ações do Coordenador em relação a gestão são: a) planejamento das atividades no polo a partir da articulação com os Coordenadores das IES que atuam no polo; b) registro das atividades efetivamente realizadas pelas IES que lá fornecem o ensino.

A seleção do Coordenador de Polo obedece à procedimentos específicos, sendo que inicialmente o mantenedor do Polo deve encaminhar ofício para DED/Capes solicitando abertura de processo seletivo, enviando currículo de no mínimo três candidatos. A partir da verificação do atendimento dos requisitos básicos dos candidatos por parte da Capes, é enviada a documentação para a IES que oferta curso no polo a fim de fazerem a análise e seleção do novo coordenador. A IES informa à Capes o resultado do processo seletivo. A Capes informa o mantenedor e envia ofício indicando o término do processo seletivo e a data de início das atividades do novo coordenador.

O documento também menciona que em casos da substituição de Coordenador de Polo, o mantenedor enviará à DED/CAPES o nome com os dados de um coordenador provisório, o qual responderá pelo polo durante noventa dias. Caso

a seleção não seja efetuada no prazo de noventa dias, o polo será declarado “Não Apto” por não ter sanado a pendência. O polo terá um prazo de 30 dias para recorrer dessa classificação (“Não Apto”), explicar o motivo do atraso, e solicitar prorrogação do prazo de seleção, cabendo à DED/CAPES deferir o recurso interposto.

Dando prosseguimento ao estudo, no próximo item passaremos a abordar o instrumento de credenciamento, o qual se trata de um formulário utilizado na visita *in loco*, cujo primeiro critério de verificação a ser apurado diz respeito aos dados gerais sobre o polo de apoio presencial para educação a distância, em seguida dados do polo e depois, o formulário adentra na última categoria de análise, avaliação dimensão única, na qual são verificadas as informações a respeito da infraestrutura, dentre outras.

No instrumento de verificação utilizado na visita *in loco* pelos avaliadores do MEC/INEP para credenciamento dos Polos presenciais de apoio, a sua primeira categoria de análise, objetiva o conhecimento de dados básicos como o endereço do polo, informações sobre o Polo e os cursos superiores fornecidos pela IES, conforme quadro 7.

Quadro 7 – Informações Gerais do Polo

1. INFORMAÇÕES GERAIS	• Endereço • Cursos • Responsável
2. INFORMAÇÕES SOBRE O PÓLO	• Instituição Conveniada • Dados da Instituição Conveniada • Objetivo do Convênio para a Oferta da Modalidade de EAD
3. CURSOS SUPERIORES DA IES, AUTORIZADOS OU EM REGIME DE AUTORIZAÇÃO, PARA OFERTA NO PÓLO	• Denominação do curso Habilitação • Tipo (bacharelado/licenciatura/ sequencial/tecnológico) • Vagas • Respectivas

Fonte: Elaborado com base no Instrumento de Credenciamento Polo EaD MEC/INEP (INSTITUTO, 2010).

Na segunda categoria de análise, são verificadas as informações a respeito dos recursos humanos e tecnológico, explícitos no quadro 8, neste momento o avaliador irá confirmar se as informações preenchidas pela IES são procedentes, demarcando-as como conferem ou não conferem.

Quadro 8 – Informações sobre o polo

1. Coordenação e secretaria do polo (infraestrutura de pessoal projetada)	• Profissionais (Coordenador, Chefe de Secretaria, Auxiliar de Secretaria) • Formação • N. de alunos atendidos
2. Tutoria presencial (infraestrutura de pessoal projetada)	• Profissionais (Tutor Coordenador, Tutor presencial para o Curso) • Formação • N. alunos atendidos
3. Biblioteca (infraestrutura de pessoal projetada)	• Profissionais (Chefe de Biblioteca Auxiliar de Biblioteca) • Formação • N. alunos atendidos
4. Laboratório de informática (infraestrutura de pessoal projetada)	• Profissionais (Responsável, Gerente de Rede, Monitores) • Formação • N. alunos atendidos
5. Laboratório pedagógico (infraestrutura de pessoal projetada, caso se aplique, repetir este quadro para cada laboratório)	• Profissionais (Responsável, auxiliar) • Formação • N. alunos atendidos
6. Manutenção e funcionamento do polo (infraestrutura de pessoal projetada)	• Profissionais (Profissional 1, 2...) • Horário disponível • Quantidade por Equipamento
7. Quadro geral de tecnologias e equipamentos do polo	• **Tecnologia ou Equipamento (...** Sítio/Portal com recursos de geração e hospedagem de páginas de cursos *web;* Microcomputadores; Microcomputadores com acesso à Internet; [...]; Linhas telefônicas; Equipamentos para teleconferência; Equipamentos para videoconferência; Impressoras; Scanner; FAX; Máquinas fotográficas; Filmadoras; Biblioteca Virtual; dentre outros) • Quantidade Uso exclusivo para a EAD • Uso compartilhado
8. Espaços físicos gerais – existência e destinação	• **Infraestrutura geral (**Laboratório de Informática; Laboratórios didáticos específicos; Sala de aula com recepção de vídeo conferência; Sala de aula; Sala de coordenação do Pólo; Sala de Tutoria; Secretaria de atendimento

	aos alunos; Biblioteca; Auditório; Espaço de convivência • Quantidade • Dedicação Exclusiva EAD • Uso Compartilhado
9. Sala de coordenação de polo	• Equipamentos (Aparelho telefônico; Computador com Kit multimídia; Impressora; Câmera para Internet)
10. Sala de secretaria do polo	• Equipamentos: Aparelho de telefone e fax; Computador com Kit multimídia; Impressora; Nobreak; Computador com câmera e conexão à Internet.
11. Laboratório de computadores	• Equipamentos: Aparelho de fax; Computador com kit multimídia em rede e com acesso a; Internet; Impressora; Computador com câmera e conexão à Internet; Linha telefônica; Nobreak; Bancada para Experimentos.
12. Laboratórios didáticos	• Equipamentos: Bancadas para Experimentos; Computador com kit multimídia e acesso a Internet; Impressora; Computador com câmera e conexão à Internet; Linha telefônica com ramais; Nobreak.

Fonte: Elaborado com base no Instrumento Credenciamento Polo EaD MEC/INEP (INSTITUTO, 2010).

Na terceira parte do formulário, Avaliação Dimensão Única, são verificadas três categorias de análises, que dizem respeito a organização institucional, corpo social, e por fim a infraestrutura, conforme quadro 9:

Quadro 9 – Avaliação Dimensão Única - Projeto do Polo

1 CATEGORIA DE ANÁLISE: ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL (FONTES DE CONSULTA: PDI, ESTATUTO E REGIMENTO)	
Indicadores	• Planejamento e Implantação do polo. • Justificativa para a implantação do polo.
2 CATEGORIA DE ANÁLISE: CORPO SOCIAL (FONTE DE CONSULTA: PDI, PPC, ESTATUTO E REGIMENTO INTERNO)	
Indicadores	• Titulação acadêmica do coordenador do polo. • Experiência acadêmica e administrativa do coordenador do polo. • Vínculo de trabalho do coordenador do polo. • Titulação dos tutores. • Qualificação e formação dos tutores em EAD. • Corpo técnico-administrativo de apoio às atividades acadêmico-administrativas do polo..
3 CATEGORIA DE ANÁLISE: INFRA-ESTRUTURA	
Indicadores	• Instalações administrativas • Sala para a coordenação do polo • Sala para tutores • Auditório/Sala de conferência • Instalações sanitárias • Áreas de convivência • Recursos de informática • Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação (audiovisuais e multimídia) • Biblioteca instalações para o acervo e funcionamento • Biblioteca: instalações para estudos individuais e em grupo • Livros da bibliografia básica • Livros da bibliografia complementar • Periódicos

Fonte: Elaborado com base no Instrumento de Credenciamento Polo EaD MEC/INEP (INSTITUTO, 2010).

Na dimensão única de avaliação nota-se o uso de indicadores, estes indicadores recebem nota de 1 a 5, onde a nota 5 equivale a apresentação de

condições **plenas** em seu critério de análise; 4 equivale a condições **adequadas**; 3 a condições **suficientes**; 2 a condições **insuficientes** e 1 a condições **precárias**.

Nesta senda, o credenciamento para funcionamento de um polo é constituído de várias etapas que se complementam, e um dos passos fundamentais diz respeito à autorização inicial com a verificação *in loco* das informações prestadas pela IES e, neste sentido se constata a importância dos instrumentos de avaliação.

Partindo da necessidade de elaboração de instrumentos e formulários para avaliar resultados institucionais, em 1983 foi criado o INEP, dando início ao Sistema de Avaliação Institucional. O sistema atual de avaliação foi efetivado em 2004, com a constituição da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), instituição que incorpora várias entidades de ensino, órgãos governamentais e sociedade civil. A CONAES foi responsável pela elaboração de um documento intitulado “Orientações Gerais para o Roteiro da Auto Avaliação das Instituições”. Este documento é destinado às Comissões Próprias de Avaliação (CPAS) das Instituições de Educação Superior, para utilização na forma de roteiro a sistemas internos de avaliação (SPANHOL, 2007).

No que diz respeito ao caminho percorrido para a regulação dos Polos, o seu aperfeiçoamento se deu com a Portaria nº. 2.205/2005, que foi alterada para solucionar a vistoria dos projetos de inúmeros polos em andamento no país e da entrada de novos cursos no exterior. E na sequência com a redação do Decreto 5.622/2005, definindo efetivamente os Polos EaD, seguidamente a Portaria nº. 2, de 10 de janeiro de 2007 que dispõe sobre as normas de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância e regulamenta a avaliação em cada Polo presencial.

No Artigo 1º da Portaria nº. 2/2007, é evidenciado que o credenciamento de instituições ofertantes de EaD deverá ser realizado por IES já credenciada no sistema federal ou estaduais e do Distrito Federal, conforme previsto no art. 80 da Lei n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e art. 9 o do Decreto n° 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Também é explicito no parágrafo 5º do referido artigo, que para tramitação da solicitação deverá ser recolhida taxa de avaliação, cujo total leva em consideração o cálculo de comissões necessárias para a visita in loco de cada polo presencial apontado no Plano de Desenvolvimento Institucional, tendo como base o disposto no art. 3 º da Lei n°10.870/04. (BRASIL, 2007)

Spanhol (2007) assegura se tratar de um avanço quando a citada Portaria abordou a possibilidade de instalação de Polos no exterior, em seu artigo 2º parágrafo 5º, assim como evidenciou seu caráter regulador quando declara que a expansão dos polos somente poderá ser efetuada no parágrafo 6º do mencionado artigo:

> Art. 2º [...]
> § 5 º No caso do pedido de aditamento ao ato de credenciamento para EAD visando o funcionamento de pólo de apoio presencial no exterior, o recolhimento da taxa será complementado pela instituição com a diferença do custo de viagem e diárias dos avaliadores no exterior, conforme cálculo do INEP.
> § 6 º O pedido de ampliação da abrangência de atuação, nos termos deste artigo, somente poderá ser efetuado após o reconhecimento do primeiro curso a distância da instituição. (BRASIL, 2007)

No tocante aos instrumentos de avaliação da EaD, a partir do Decreto n° 5.800, que deu origem ao já mencionado Sistema Universidade Aberta do Brasil, emergiu a necessidade de criação de um formulário exclusivo para avaliação dos Polos, uma vez que a oferta de cursos e programas de educação a distância através de IES públicas deverá ser efetivado mediante a articulação com Polos de apoio presencial. Assim, o Decreto em seu art. 2º, parágrafo 2º menciona que “Os polos de apoio presencial deverão dispor de infraestrutura e recursos humanos adequados às fases presenciais dos cursos e programas do Sistema UAB.”

Em relação à EaD, a competência de normatização, controle e credenciamento dos projetos era de incumbência da Secretaria de Educação Superior (SESU), através do SINAES. O referido órgão concedia instruções para elaboração de processos, indicadores para avaliação e nomeava comissões de especialistas. Atribuições estas que foram transferidas para o INEP/MEC. Na página da internet do INEP/MEC (INSTITUTO, 2015), encontramos as seguintes informações:

> Criado pela Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. [...]
> Os principais objetivos da avaliação envolvem melhorar o mérito e o valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação; melhorar a qualidade da educação superior e orientar a expansão da oferta, além de promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia de cada organização.
> O Sinaes possui uma série de instrumentos complementares: autoavaliação, avaliação externa, Enade, Avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação como o censo e o cadastro. A integração dos instrumentos permite que sejam atribuídos alguns conceitos, ordenados numa escala com cinco níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões

> avaliadas. O Ministério da Educação torna público e disponível o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos.[...]

Em seu processo de avaliação institucional, interna e externa, o SINAES considera 10 dimensões conforme o INEP/MEC (INSTITUTO, 2015):

- Missão e PDI
- Política para ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão
- Responsabilidade social da IES
- Comunicação com a sociedade
- As políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e de técnico-administrativo
- Organização de gestão da IES
- Infraestrutura física
- Planejamento de avaliação
- Políticas de atendimento aos estudantes
- Sustentabilidade financeira

Nesta pesquisa, a dimensão a ser observada e discutida com maior profundidade que as demais é a dimensão infraestrutura física. Conforme a Lei nº 10.861/2004 trata-se da dimensão sete, que se refere a: VII - infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação (BRASIL, 2004).

Nesta esteira, é conveniente mencionar a quinta edição do documento Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação, de 2009, o documento citado, contém bases para uma nova proposta da educação superior contendo um resumo dos estudos feitos pelos membros da Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA), designada pelas Portarias MEC/SESu nº 11 de 28 de abril de 2003 e nº 19 de 27 de maio de 2003 e instalada então ministro da Educação, Cristovam Buarque. Tendo como escopo “analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados”. (SINAES 2009, p. 17).

Conforme o documento:

> Essa proposta de um “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior” (Sinaes) busca assegurar, entre outras coisas, a integração das dimensões internas e externas, particular e global, somativo e formativo, quantitativo e qualitativo e os diversos objetos e objetivos da avaliação. O sistema de avaliação deve articular, de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do governo. Resguardadas as especificidades, os graus de autoridade e as responsabilidades de cada grupo de agentes, o sistema de avaliação é uma construção a ser assumida coletivamente, com funções de informação para tomadas de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, melhoria institucional, auto-regulação, emancipação, elevação da capacidade educativa e do cumprimento das demais funções públicas. (SINAES 2009, p. 92).

O Instrumento de Avaliação Externa fora criado de forma conjunta pela CONAES e pela Diretoria e Avaliação da Educação Superior (DAES), do INEP. A elaboração do instrumento teve como parâmetro os princípios e diretrizes do SINAES e os padrões de qualidade da educação superior. No que diz respeito ao norteamento da construção do Instrumento de Avaliação Institucional Externa, no próprio texto de apresentação à sociedade, o já citado ministro à época destaca:

> “A compreensão da avaliação como um processo dinâmico, que exige mediação pedagógica permanente, impõe ao Ministério da Educação a responsabilidade de rever periodicamente os seus instrumentos e procedimentos de avaliação, de modo a ajustá-los aos diferentes contextos e situação que se apresentam no cenário da educação superior e torná-los elementos balizadores da qualidade que se deseja para a educação superior brasileira”. (SINAES, 2009, p. 126).

Assim, passaremos a mostrar no Quadro 10 uma das Dimensões Avaliadas, a Dimensão 7, que trata da Infraestrutura Física, a qual reflete objetivo que não é outro senão, o que a própria sociedade brasileira espera da Educação Superior, uma educação gratuita e de qualidade (SINAES, 2009).

Quadro 10 – Dimensão 7: Infraestrutura física

DIMENSÃO 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa biblioteca, recursos de informação e comunicação.	
7.1 Coerência da Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação	**Conceito referencial mínimo de qualidade:** Quando a infraestrutura física da IES, especialmente a de ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação, **está coerente** com a especificada no PDI.
7.2. Instalações gerais	**Conceito referencial mínimo de qualidade:** Quando há instalações gerais para o ensino, para a pesquisa (quando for o caso), para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, e para laboratórios didáticos e de pesquisa em quantidade e qualidade **adequadas.**
7.3. Instalações gerais nos polos para educação a distância (indicador exclusivo para IES* credenciada para modalidade *a distância – EAD**).	**Conceito referencial mínimo de qualidade:** Quando há, nos polos para educação a distância, instalações gerais para o ensino e para a pesquisa (quando for o caso), incluindo laboratórios, em quantidade e qualidade **adequadas**.
7.4. Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico.	**Conceito referencial mínimo de qualidade:** Quando podem ser verificadas ações **adequadas** de atualização e ampliação do acervo bibliográfico e dos *serviços da(s) biblioteca** (s).
7.5. Bibliotecas dos pólos para educação a distância: acervo, serviços e espaço físico (indicador exclusivo para IES* credenciada para modalidade *a distância – EAD**).	**Conceito referencial mínimo de qualidade:** Quando podem ser verificadas ações **adequadas** de atualização e ampliação do acervo bibliográfico e dos *serviços da(s) biblioteca** (s).

Fonte: elaborado pela autora baseado em Sinaes (2009)

Levando em consideração esses elementos balizadores da qualidade da Educação Superior, observa-se que as ações do INEP, por meio do Instrumento de Avaliação Institucional Externa, pretendem “assegurar a educação superior com qualidade acadêmica e o compromisso social com o desenvolvimento do País.” (SINAES, 2009, p. 126).

Objetivando o cerne do presente constructo, passaremos a implantação do Polo de Apoio Presencial de Vitória do Jari, um item indispensável na estrutura de

EaD, constituindo-se numa extensão operacional da Instituição de Ensino Superior no local de moradia do estudante ou mais próxima dele.

3.3 A COLETA DE INFORMAÇÕES E DESCRIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO

Após a apresentação dos documentos que dão embasamento à implantação da infraestrutura dos polos, apresentamos os documentos que foram obtidos junto à Coordenação do Polo:

Quadro 11 – Documentos Polo Vitória do Jari

Itens
1. Lei de Criação do Polo UAB Vitória do Jari
2. Decreto com Dotação Orçamentária
3. Termo de Compromisso Mantenedor do Polo UAB
4. Termo de Uso e Domínio do Bem Imóvel
5. Acordo de Cooperação Técnica n. 104/2009 entre o Município de Vitória de Jari e Unifap e Capes
6. Documentos e formulários disponíveis no SisUAB: Ofício 1416/2012/CGIE/DED/CAPES; Ofício 1268/2013/CGIE/DED/CAPES; Ofício 919/2014/CGIE/DED/CAPES; Ofício 157/2013/SEMED/PMVJ, Nota Técnica 269; Instrumento de Avaliação de Polos – SEED/MEC.

Fonte: elaborado pela autora.

O presente estudo é baseado nos documentos disponibilizados pela Coordenação do Polo UAB Vitória do Jari, e em entrevista como o Coordenador do Polo.

Por já conhecer o Polo em estudo, uma vez que esta pesquisadora atua como Professora Formadora desde 2016 no local, houve uma facilidade na coleta de informações e assim foi possível adquirir documentos com maior agilidade. Nos encontros presenciais foram realizadas observações do funcionamento do polo e na mesma ocasião foi solicitado o envio de documentos. Além disso, foi realizada entrevista com Coordenador, através de perguntas abertas a fim de fazer um resgate histórico da implantação do Polo.

Após alguns dias de espera, o Coordenador do Polo forneceu por e-mail cópia dos documentos do Polo de Vitória do Jari, a Lei de criação do polo, Lei Municipal 273/2012-PMVJ/AP, de 23 de julho de 2012, que dispõe sobre a criação do Polo Universitário de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil do Município

de Vitória do Jari. A lei foi sancionada pelo Prefeito à época Luiz de França Magalhães Barroso.

Conforme a lei, foi criado no Município de Vitória do Jari unidade educacional destinada à promoção da oferta de cursos de graduação e pós-graduação na esfera municipal, conforme as normas constantes em Edital de seleção UAB e a orientações do MEC objetivando sua plena operacionalização.

A lei também aborda os objetivos do polo que são:

1. Priorizar a oferta de cursos de licenciatura e de formação inicia e continuada de professores da educação básica;
2. Ofertar cursos superiores para capacitação para o grupo de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica;
3. Disponibilizar cursos superiores em diversas áreas do conhecimento;
4. Expandir o acesso de fornecimento da educação superior pública;
5. Propiciar o desenvolvimento da modalidade EaD, assim como pesquisa a inovação em metodologias de ensino superior;
6. Proporcionar egresso e formação de estudantes do Ensino Médio;
7. Ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu.*

Em seu corpo, a lei trata da composição e do funcionamento, da infraestrutura e dos recursos humanos que devem ser disponibilizados ao polo.

Um outro documento coletado foi o Decreto de Dotação Orçamentária, de n. 001/2016-GAB/PMVJ de 04 de janeiro de 2016. O decreto incluiu o Quadro de Detalhamento de Despesa a ser gasto com materiais de consumo e despesa com pessoal no valor de R$ 21.000,00.

Outro documento disponibilizado para estudo foi o Termo de Compromisso Mantenedor do Polo UAB, que trata das ações necessárias ao funcionamento adequado da infraestrutura física, tecnológica e recursos humanos considerados essenciais para a oferta de cursos pelo Sistema UAB. Dentre outras orientações, o documento menciona que ações devem ser baseadas nos Referências de Qualidade para Educação Superior a Distância do Ministério da Educação.

No documento está explicitado que a instalação e manutenção do polo devem ser realizadas conforme requisitos estabelecidos pela Diretoria de Educação a Distância da Capes/MEC. Além disso a Prefeitura de Municipal de Vitória do Jari

(PMVJ) deve dispor de dotação orçamentária destinada à instalação e manutenção de infraestrutura física e tecnológica e recursos humanos. Conforme a seguir:

> 1. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO POLO [...]
>
> 2. INFRAESTRUTURA FÍSICA
>
> [...] Todos os ambientes e mobiliários do polo devem ser adequados aos usos previstos, ao atendimento de adultos e aos portadores de necessidades especiais, observados os requisitos a seguir:
> a) Sala para a Coordenação do polo, com computador conectado a internet,
> b) Sala para a Secretaria Acadêmica com computador conectado a internet;
> c) Sala para aulas presenciais;
> d) Espaços físicos para laboratórios pedagógicos;
> e) Acervo Bibliográfico básico e complementar para os cursos ofertados;
> f) Laboratório de informática com acesso a internet;
> g) Banheiros femininos e masculinos com acessibilidade;
> h) Placa de identificação, conforme manual visual da Universidade Aberta do Brasil.
>
> 3. RECURSOS TECNOLÓGICOS
>
> 3.1- Rede de Internet
> - Acesso permanente à internet banda larga, com configuração acima de 2,0 MB (medidos) e número pontos compatível com a demanda das atividades acadêmicas do polo, via rádio ou outros meios.
>
> 3.2- Computadores
> - Número de computadores compatível com a demanda das atividades no polo.
>
> 4. RECURSOS HUMANOS DO POLO
>
> Quadro técnico administrativo para a gestão do polo, composto por servidores vinculados à entidade mantenedora, constando no mínimo de:
>
> a) Coordenador;
> b) Secretária (o);
> c) Bibliotecário ou Auxiliar de Biblioteca;
> d) Técnico em Informática;
> e) Técnicos de Laboratórios Pedagógicos;
> f) Serviços Gerais
> g) Técnico de apoio para manutenção predial.

Desta forma, para implantar ou manter um Polo UAB, a instituição interessada deverá dispor de espaços com mobiliário correspondente as suas finalidades, além de condições adequadas de conforto ambiental, iluminação, acústica e ventilação. Ressalta-se que os espaços disponíveis no polo UAB devem garantir o pleno desenvolvimento das atividades previstas, em regime de compartilhamento por todas as IES nele atuantes, (CAPES, 2018b).

Outro documento coletado foi o Termo de Uso e Domínio do Bem imóvel, que objetivou a transferência plena de um Bem Imóvel em favor da PMVJ de um terreno localizado na Rua Pedro Ladislau da Silveira s/n, na Zona Urbana do Munícipio de Vitória do Jari, destinado à construção de um Prédio da Universidade Aberta.

O Acordo de Cooperação Técnica n. 104/2009 tem como partícipes a Capes, a Prefeitura de Vitória de Jari e a UNIFAP, no qual consta o rol de ações em que os envolvidos devem cumprir no seu prazo de vigência. Dentre estas ações, destacamos o dever da Capes de acompanhar, avaliar, orientar, controlar e fiscalizar a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, por intermédio da DED/Capes, visando o bom funcionamento do Sistema UAB; Observar o cumprimento assumido pelo Município de Vitória do Jari quanto a disponibilização da infraestrutura necessária ao funcionamento do polo; Realizar avaliações periódicas da implementação de cursos e programas; Apoiar financeiramente as Instituições de Ensino Superior; Supervisionar a utilização da logomarca do Sistema UAB em conformidade com seu manual, dentre outras.

Em relação ao Município, este deve criar e manter a estrutura física e de recursos humanos necessários para o funcionamento do polo; Disponibilizar informações pertinentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira do polo; Colaborar no processo de seleção do Coordenador do Polo; Adequar o Polo às condições requeridas pelo projeto dos cursos e às normativas do MEC; Prestar contas através de relatórios às IPES e a CAPES das atividades realizadas no polo etc.

No que diz respeito à IES credenciada consta como alguns dos deveres responsabilizar-se pela gestão acadêmica dos cursos por ela ofertados; cumprir cronograma de atividades a serem realizadas no polo; Manter e tomar decisões colegiadas em acordo com as diretrizes da DED/Capes; Realizar visitas de supervisão *in loco* para realizar o pleno funcionamento do polo etc.

Na busca de mais informações a respeito da implantação da infraestrutura do Polo de Vitória do Jari, denominado “Caulim da Amazônia”, foi perguntado ao Coordenador do Polo como o polo foi concebido e se houve algum Projeto de criação, segundo ele: “O Governo Federal criou o Programa Universidade Aberta do Brasil e lançou um edital, em 2006. Assim, os Estados e Municípios podiam manifestar interesse. O Edital tinha um documento em anexo para preenchimento e encaminhamento manifestando o interesse de ter um polo no seu município ou estado.

A partir do preenchimento do questionário era verificada a realidade do município para ver se ele teria condições de receber o polo.”

Assim, pesquisamos na página da internet do MEC e localizamos o EDITAL DE SELEÇÃO nº. 01/2005-2006/SEED/MEC, de 16 de dezembro de 2005, que promoveu uma Chamada Pública para Seleção de Polos Municipais de Apoio Presencial e de Cursos Superiores de Instituições Federais de Ensino Superior na Modalidade de Educação a Distância para o “Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB”.

O edital tinha como objetivo fomentar o Sistema UAB, o qual se tratava de uma articulação em caráter experimental de instituições de ensino superior, Estados e Municípios, nos termos do artigo 81 da LDB, visando a democratização, ampliação e interiorização do fornecimento do ensino superior público e gratuito no Brasil, assim como, o avanço de projetos de pesquisa e de novas metodologias de ensino, para atender preferencialmente professores da área de formação inicial e continuada da educação básica.

No edital os municípios eram denominados “PROPONENTES” e deveriam cumprir alguns requisitos para envio de propostas:

> PARTE A
>
> A. DOS PÓLOS MUNICIPAIS DE APOIO PRESENCIAL
>
> A.1 DOS PROPONENTES
> Poderão apresentar propostas de pólos municipais de apoio presencial:
> a) Prefeituras Municipais, individualmente ou regionalmente organizadas;
> b) Governos Estaduais; e
> c) Governo do Distrito Federal.
>
> A.2 DAS PROPOSTAS
> A.2.1 A proposta de pólo municipal de apoio presencial, por parte dos Municípios, dos Estados ou do Distrito Federal, deverá ser estruturada, com, no mínimo:
> a) Descrição da infra-estrutura física e logística de funcionamento: (laboratórios, bibliotecas, recursos tecnológicos e outros), bem como dos prazos para
> instalação e funcionamento do pólo;
> b) Descrição de recursos humanos: necessários para o adequado funcionamento do pólo que incluirá tutores presenciais, equipe técnica e administrativa (para
> apoio e manutenção do pólo), e outros;
> c) Demonstrativo de sustentabilidade financeira e orçamentária: a proposta deverá apresentar a dotação orçamentária e os recursos financeiros disponíveis para
> a manutenção do pólo, durante a realização dos cursos superiores;
> d) Lista com cursos superiores: pretendidos para a localidade e que podem ser ofertados no pólo proposto, com respectivos quantitativos de vagas; e

> e) Demais recursos necessários: a serem contratados, compatíveis com os cursos superiores pretendidos e respectivos quantitativos de vagas.

As propostas deveriam ser apresentadas de acordo com modelo previsto no anexo I do edital (figura 6):

Figura 6 – Modelo de Proposta Polo de Apoio Presencial

ANEXOS

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA		
PÓLO MUNICIPAL DE APOIO PRESENCIAL		
PROPONENTE:		UF:
Razão Social:		
CNPJ/MF:		
Endereço:		
Telefone:		Fax:
e-mail:		
DESCRIÇÃO DO PROJETO		
1	Denominação do pólo:	
2	Endereço do pólo:	
3	Descrição da infra-estrutura física e logística:	
4	Descrição dos recursos humanos:	
5	Demonstrativo de sustentabilidade financeira e orçamentária:	
6	Listagem com cursos superiores pretendidos para o pólo proposto e quantitativos de vagas:	
7	Outros recursos:	
8	Outras informações relevantes:	
9	Descrição do Projeto de Pólo - Características Técnicas:	(informar as dimensões físicas e quantitativas das instalações, tais como biblioteca, laboratórios de informática, dos laboratórios específicos, conforme o caso)
EVENTUAIS ANEXOS:		

Fonte: Edital de Seleção nº. 01/2005-SEED/MEC de 16 de dezembro de 2005.

Atualmente, para que um polo integre o Sistema UAB, deve ser feita a articulação do mantenedor com pelo menos uma instituição pública, que participe do Sistema e, prioritariamente, tenha sede na mesma Unidade Federativa, para formalizar proposta de curso a ser ofertado no novo polo ou polo já integrado à UAB. Neste sentido, Primo (2016) diz que “a articulação entre os polos de apoio presencial e os cursos e programas a serem ofertados será orientado por um Edital pela SEED/MEC dando a publicidade dos requisitos [..] para participação no sistema UAB.”

O Coordenador também informou que inicialmente, o Polo em questão funcionou na Escola Francisca de Freitas de Araújo, situada na Avenida José Sarney, SN, no bairro Cidade Livre, o que ocorreu até o ano de 2015. A autorização para funcionamento foi dada em 2007, com a adequação do polo e da biblioteca, no entanto, apenas no ano 2008 o polo teve funcionamento efetivo, juntamente ao Instituto Federal do Pará – IFPA no que condiz ao fornecimento do ensino.

O IFPA ofertou três cursos: Pedagogia (licenciatura), Gestão de Saúde (tecnológico) e Tecnologia e desenvolvimento de Sistemas de Informação (tecnológico). Somente, a partir de 2010 a UNIFAP deu início em sua parceria com o polo, ofertando inicialmente o Curso de Matemática (licenciatura).

A CAPES/UAB orienta que os espaços acadêmicos podem ter outra localização, a partir de convênios com outras instituições, porém há a obrigatoriedade de pelo menos uma sala de aula/multiuso nas instalações do polo. Tratando-se de um polo associado, é admitida utilização compartilhada da secretaria acadêmica, biblioteca e demais ambientes, com exceção da sala da coordenação do polo, ambiente obrigatório e exclusivo. Todos os espaços obrigatórios devem ser localizados no endereço sede do polo, podendo os demais espaços estar em locais distintos.

Conforme a CAPES (2018b), os polos podem ser definidos como efetivo ou associado. Polo Efetivo é quando a entidade mantenedora, responsável pela infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, for um governo estadual ou municipal. Polo Associado é quando a entidade mantenedora for uma IES integrante do sistema UAB. O Polo UAB associado geralmente localiza-se em um campus de uma IES.

Para polos UAB associados não se faz necessária comprovação dos recursos humanos destinados ao polo, porém, se faz necessário atendimento às orientações da CAPES quanto à indicação do Coordenador do Polo, pessoa que deverá ter dedicação exclusiva ao polo. Somente podem utilizar da infraestrutura do polo, desde que não coincidam com as atividades da UAB, entidades públicas, com prévia comunicação.

De acordo com o Coordenador as visitas de monitoramento realizadas antes do ano de 2016 receberam o conceito AP (Apto com Pendências), assim, não era permitido ao polo início de novos cursos. Já mencionamos que um polo Apto com Pendências indica a necessidade de adequações na infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos do Polo, bem como em sua documentação.

Os cursos já em andamento continuavam para que não houvesse prejuízo aos alunos. Quando terminou a última turma, a turma do curso de matemática, o polo ficou impossibilitado de participar de novos processos seletivos até que as pendências fossem sanadas. As três principais pendências apontadas eram relativas a acessibilidade dos banheiros, placa de identificação da UAB e ampliação do espaço

físico. A partir das deficiências apontadas, surgiu a necessidade da construção de um polo pela prefeitura do munícipio.

O Coordenador do polo esclareceu que, após a construção do novo prédio para funcionamento do Polo, foi realizada nova visita, no entanto, ainda faltava mobiliar o polo, foi então que o polo mudou seu status no SisUAB, ficando em fase de regulamentação (FR). Após aproximadamente 3 meses houve nova visita, e foi apontado que as deficiências haviam sido sanadas, foi então que o polo recebeu o conceito AA (Apto).

No SisUAB estão disponíveis alguns documentos que apontam a situação acima: Nota Técnica 269/2010/CGS/DRESEAD/SEED/MEC, Ofício 1416/2012/CGIE/DED/CAPES; Ofício 1268/2013/CGIE/DED/CAPES; Ofício 919/2014/CGIE/DED/CAPES; Ofício 157/2013/SEMED/PMVJ, e Formulário de Avaliação.

A Nota Técnica 269/2010 trata de diligência realizada de ofício pela SEED/MEC objetivando supervisionar a oferta de cursos superiores de educação a distância no Polo de Vitória do Jari. No item 9 da análise, a visita de supervisão *in loco* apontou deficiências na ofertas de cursos, principalmente no que diz respeito a estrutura física e de equipamentos destinado aos estudantes. A Nota Técnica ainda recomendou às Instituições de Ensino ofertantes de cursos no polo, a suspensão preventiva da entrada de novos estudantes neste polo, até o completo saneamento das deficiências.

Ainda no ano de 2010, foi realizada visita pela DEED/CAPES para aplicação do documento “INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE POLOS – SUPERVISÃO”. Nessa visita foram observadas as instalações físicas e realizadas entrevistas com o Prefeito, Coordenador, tutores e alunos de todos os cursos ofertados no polo, com intuito de fazer considerações acerca das condições gerais do funcionamento do polo, levando em consideração as responsabilidades da Prefeitura Municipal de Vitória do Jari e a IES ofertante.

A avaliação abrangeu os itens: Cursos ofertados no polo; Recursos Tecnológicos; Atendimento no polo; Entrevista com pessoal de apoio (Coordenador, Tutores, Alunos), Problemas identificados em relação à infraestrutura. No documento destaca-se o uso de indicadores, com conceitos que variam de 1 a 5, onde quanto maior a nota, melhor será o conceito da avaliação.

O Polo em questão teve avaliação negativa tendo como resultado no “Campo de Relato global da infraestrutura do polo” e “Campo de Relato global sobre as condições acadêmicas de funcionamento do polo” a nota 1 um que corresponde a condição “Precário”.

A partir dessa condição foram feitas recomendações, vejamos algumas delas no Quadro 12:

Quadro 12 – Ações que deverão ser tomadas para a solução de problemas

Responsabilidade da CAPES	Responsabilidade da Prefeitura/Estado	Responsabilidade da(s) IES vinculadas
Recomenda-se a formalização de um Termo de Saneamento de Deficiências [...] com vistas à estruturação do polo UAB.	[...] deverá imediatamente criar as condições no próprio local onde funciona hoje o polo UAB ou em outro local, as condições mínimas necessárias para uma oferta de cursos superiores com qualidade.	[...] caberá a revisão dos seus procedimentos metodológicos, especialmente no que compete ao uso de materiais didáticos, aos sistemas de comunicação, de tutoria e de avaliação de aprendizagem.

Fonte: adaptado pela autora de SisUAB (2018)

O Ofício 1416/2012/CGIE/DED/CAPES, com o resultado da visita de monitoramento ao polo de Vitória do Jarí, realizada por representante da DED/CAPES, em 23 de maio de 2012. As observações e recomendações foram as seguintes: o Polo não tinha placa de comunicação visual com a identificação da Universidade Aberta do Brasil. A placa de identificação deve obedecer ao modelo estabelecido no Manual de Aplicação Visual da CAPES; Promover acessibilidade para portadores de necessidades especiais em todo o prédio, inclusive nas instalações sanitárias, conforme as leis vigentes; Aumento da equipe de profissionais para atuar no polo a fim de melhorar o atendimento da demanda existente.

No citado documento ainda há a recomendação para que fosse providenciada, através de projeto de lei, dotação orçamentária para manutenção da infraestrutura e do pessoal do Polo, com estabelecimento de valores e prazos. E ainda observa que para ofertas de novos cursos no Polo, é necessário comprovação de atendimento das recomendações elencadas no documento. Devendo a documentação comprovante ser encaminhada a DED/CAPES, no prazo de 90 dias.

Em resposta a PMVJ através da sua Secretaria de Educação – SEMED enviou o ofício 157/2013/SEMED/PMVJ, datado de 29 de maio de 2013, manifestando o compromisso em sanar as pendências existentes nas instalações físicas do polo, sendo elas:

1 – Falta de Placa de identificação;

2 – Rampa de acesso;

3 – Falta de equipe de funcionários.

Ainda informou que “após verificadas tais dificuldades, houve uma força tarefa para que houvesse aquisição de recursos para construção de um prédio próprio. Ressaltamos que houve êxito”. Conforme o documento a construção do prédio estaria pronta em 180 dias a contar de 10 de junho de 2013, ficando como previsão de entrega 10 de dezembro do mesmo ano. Após a construção do prédio, esperava-se que todas as pendências fossem resolvidas, uma vez que a pendência em relação à equipe técnica de funcionárias estaria resolvida com a disponibilização de técnico em informática, Bibliotecária e uma secretaria administrativa.

No Ofício 1268/2013/CGIE/DED/CAPES de 3 de julho de 2013, consta o recebimento do Ofício supracitado, e diz que “[...] a DED/CAPES programará visita final de monitoramento ao polo, a ser realizada em dezembro de 2013, a fim de monitorar as condições de infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos.

Ainda determina que

> Somente após a visita *in loco*, a constatação da adequação da infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, e o atendimento de outros requisitos estabelecidos pela DED/CAPES, o polo Vitória do Jari/AP poderá ofertar novos cursos do Sistema UAB que não requeiram instalações especiais e/ou cursos que necessitem de instalações e equipamentos pedagógicos específicos, caso disponha de tais instalações e equipamentos.

Já o Ofício 919/2014/CGIE/DED/CAPES, datado de 28 de novembro de 2014, informa que após a revisita de monitoramento realizada em 09 de setembro do mesmo ano, o polo em questão foi novamente classificado como “Apto com Pendências”, uma vez que foram constatadas as seguintes deficiências:

- Ausência de condições de acessibilidade na edificação e banheiros;
- Má conservação de ambientes; e
- Problemas em ambientes administrativos e nas instalações sanitárias.

Assim, através deste Ofício foi comunicado ao polo instauração no âmbito da DED/CAPES procedimento de análise com objetivo de verificar viabilidade de continuação do polo de Vitória do Jari no Sistema UAB. E ainda que o polo teve sua classificação alterada no SisUAB para “FR” (em Fase de Regularização), podendo assim receber propostas de ofertas de novos cursos com período determinado, de 01 de janeiro a 30 de junho de 2016.

Em consulta à página da internet do DEAD/UNIFAP é possível verificar que no segundo semestre de 2016, teve processo seletivo para turma de Bacharelado em Administração Pública. Em 2018 houve ofertas de mais 2 cursos de graduação: Licenciatura em Letras/Português; Licenciatura em Matemática e 1 de especialização em Sociologia, todos ofertados pela UNIFAP. Para 2019 está previsto a implantação de novos cursos, sendo um deles a nova turma para Bacharelado em Administração Pública. O que evidencia que o polo está apto, conceito utilizado pela CAPES/UAB para indicar adequação da infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos do Polo, bem como a existência de toda a documentação necessária.

O capítulo seguinte traz a análise do objeto de estudo desta dissertação, que também tem por base os documentos especificados neste capítulo, mas comparando-os a partir das diretrizes de implantação para os polos UAB estabelecidas pela Capes.

.

4 ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO POLO UAB VITÓRIA DO JARI

Neste capítulo será abordado uma análise comparativa entre o projeto elaborado pela Capes/UAB e o que de fato foi implantado em Vitória do Jarí, abordando aspectos específicos, tais como: recursos humanos, econômicos, materiais e tecnológicos. Aspectos estes que foram tomados como relevantes pela Capes/UAB e que deveriam estar sendo postos em prática.

Inicialmente, foi feita uma explanação sobre a situação educacional no país. Em seguida o capítulo fará uma articulação entre as categorias de estudo elencadas no capítulo 2, e o contexto real da implantação da infraestrutura do polo no município de Vitória Jarí, com base na pesquisa documental e entrevista realizada com o Coordenador do Polo.

4.1 COMPARAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

O Polo no qual a pesquisa foi realizada é o Polo localizado no Estado do Amapá, mais especificamente no Município de Vitória de Jari intitulado “Caulim da Amazônia”. A escolha por este polo deu-se devido o mesmo ter sido um dos primeiros a ser implantado no Estado e também por ser o polo até o presente momento, construído especificamente para o fim proposto pela UAB, ou seja, servir de estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo para as atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas de Educação a Distância.

Belloni (2015), em seus estudos, faz afirmações no que tange as demandas pelo ensino superior que não param de aumentar na maioria dos países desenvolvidos e, em países como o Brasil, ela tende a crescer consideravelmente em função da expansão do ensino secundário. A autora diz que “as alterações deverão ocorrer no sentido de aumentar a oferta de oportunidades de acesso ao mesmo tempo diversificá-la de modo que ela se adapte às novas demandas.” (BELLONI, 2015, p. 4), no entanto, as políticas de ajuste econômico e de contenção de despesas atingiram o crescimento das instituições públicas acarretando um déficit educacional. Portanto, não se pode esquecer que existe um déficit no sistema público em relação ao oferecimento de vagas nas instituições de ensino superior no país.

A situação anterior relatada afeta o Estado do Amapá, que conta hoje de acordo com Censo da Educação Superior (2016), com apenas 2 instituições de ensino superior públicas na capital. O município de Vitória do Jarí é distante 266,6 km da capital Macapá, o que inviabiliza para muitos jovens que concluem o nível médio de ensino dar continuidade em seus estudos. Desta forma a Política Pública de Educação à distância pode vir a preencher alguns espaços que a educação formal não atende, visando, sobretudo, ampliar o número de vagas existentes, oferecendo inúmeros cursos de graduação para formação e qualificação profissional. Belloni (2015, p.1) afirma que “a educação aberta e a distância aparece cada vez mais, no contexto das sociedades contemporâneas [...] para atender às novas demandas educacionais decorrentes das mudanças na nova ordem econômica”.

Embora a modalidade a distância possua atributos, linguagem e formato característicos, requerendo administração, acompanhamento, avaliação, meios tecnológicos, infraestrutura e recursos pedagógicos adequados, essas características ganham ainda mais importância no contexto de uma discussão política, sobretudo no que diz respeito ao déficit educacional. Disto resulta que um projeto de curso superior a distância necessita, primeiramente, de um compromisso dos envolvidos em termos de assegurar o processo de formação que compreenda o aspecto técnico-científico para o contexto do trabalho e o aspecto político para a formação do cidadão.

Conforme Ruas (2014), a implementação de uma política fundamenta-se em fazer uma política ser posta em prática, isso envolve vários aspectos do processo administrativo: disponibilização de recursos no orçamento, elaboração de projeto de lei, elaboração de editais para obtenção de bens ou contratação de serviços. E se tratando de uma política a qual faça parte os níveis de governo estadual e/ou municipal, se faz necessário realizar reuniões para tomadas de decisões e divisão de responsabilidades das partes, após, efetuar protocolos de cooperação, estabelecer os modos de transferência de recursos entre instâncias governamentais.

4.1.1 Os recursos humanos

O polo de apoio presencial, por se tratar de um local que tem por finalidade o atendimento aos alunos e local que acontecem atividades presenciais, deve dispor de um Recursos Humanos capacitado para atendimento de suas necessidades. Em relação ao pessoal que atua no Polo de Vitória, é possível contar com o Coordenador

do Polo, uma Secretaria, uma Auxiliar de Biblioteca, um Serviços Gerais e dois Vigilantes. Todo o pessoal disponibilizado para o polo é cedido pela Prefeitura Municipal de Vitória do Jari, cumprindo assim com a exigência da Capes/UAB de que o quadro técnico administrativo seja composto de servidores vinculados à entidade mantenedora.

No que diz respeito à composição da equipe, a Capes/UAB (CAPES, 2018b) recomenda o seguinte: Coordenador de Polo; Assistente à Docência (de acordo com a quantidade de alunos no polo) (indicação das IES ofertantes de curso no polo); Secretária (o) ou Apoio Administrativo; Técnico (s) de informática; Bibliotecária (o) ou auxiliar de biblioteca; Técnico para laboratórios pedagógicos, desde que exista laboratório de biologia, química, física, ateliê de artes, ou quadra poliesportiva (educação física); Pessoal de segurança, opcional no caso de existirem equipamentos e segurança; Pessoal de manutenção e limpeza.

Do pessoal recomendado, conforme Termo de Compromisso assinado entre o Polo e o MEC, o polo não dispõe de Técnico em Informática. Além do funcionamento durante a semana, o polo têm encontros presenciais nos fins de semanas, sábados e domingos, assim existe uma sobrecarga para equipe.

Por conta de minha atuação no Polo como professora formadora, a percepção é que por se tratar de um polo que hoje possui 4 turmas, como já exposto no capítulo anterior, o pessoal hoje existente no polo, apesar da sobrecarga, consegue fazer com que o Polo atenda a demanda existente, no entanto, a disponibilidade de mais servidores ao polo por parte da Prefeitura ajudaria a melhorar a qualidade da prestação de serviços aos alunos.

4.1.2 Os recursos econômicos

A suficiência de recursos aparece como requisito fundamental para o sucesso da implementação de uma política pública. O Edital de seleção nº. 01/2005-SEED/MEC, o qual o município enviou proposta para implantação do Polo Presencial, mencionava a obrigatoriedade do aporte financeiro por parte do município: “c) Demonstrativo de sustentabilidade financeira e orçamentária: a proposta deverá apresentar a dotação orçamentária e os recursos financeiros disponíveis para a manutenção do polo, durante a realização dos cursos superiores”.

Na documentação sob análise, a Lei Municipal N. 273/2012 faz menção ao tema em seu art. 6º. Já O Decreto n. 001/2016-GAB/PMVJ de Dotação Orçamentária traz a previsão do valor de R$ 21.000,00. O valor da dotação orçamentária foi vigente até 2018, por ocasião da discussão da LOA (Lei Orçamentária Anual) do município; no final do ano foi aprovado um novo orçamento três vezes maior, no valor de R$ 64.000,00, a serem utilizados com aquisição de materiais e serviços diversos. O valor anterior, de R$ 21.000,00, não estava satisfazendo as necessidades financeiras do Polo, e com o novo valor é esperado que as despesas essenciais do Polo sejam atendidas.

Conforme o Referencial de Qualidade MEC (2007), a educação superior a distância de qualidade abrange uma gama de investimentos iniciais consideráveis, principalmente para a implantação de um polo presencial, assim como, para disponibilização de outros recursos educacionais. O documento preconiza que

> Inicialmente, não há uma adequada relação custo/benefício, só sendo viável levando-se em consideração a amortização do investimento inicial em médio prazo. No entanto, para alguns analistas, um projeto acompanhado e avaliado permanentemente combinado com os avanços tecnológicos faz com que um curso a distância esteja sempre em processo de aperfeiçoamento, o que mantém elevado o investimento nos projetos. (REFERENCIAIS DE QUALIDADE MEC, 2007)

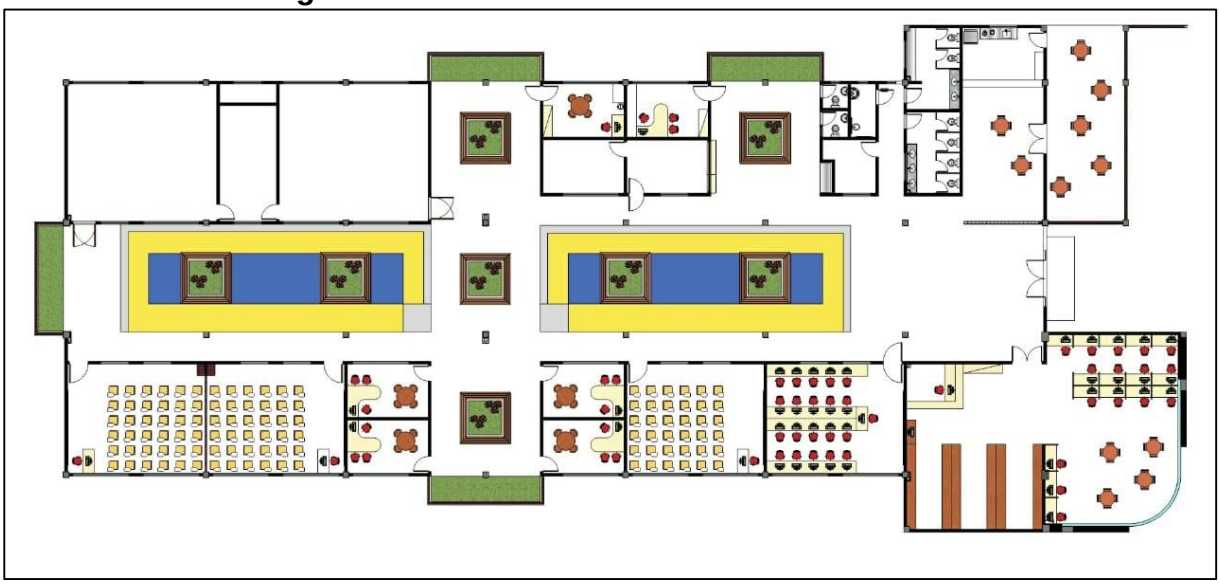
Desta forma para que se garanta a continuidade do projeto, o mantenedor deve montar a planilha de custos do projeto, como um todo, em consonância com o projeto de criação e realizar a previsão de seus recursos, assim como é adequado periodicamente rever os valores a fim de manter a estrutura física do polo em pleno funcionamento.

4.1.3 Os recursos materiais

Além de requerer recursos humanos e educacionais, um curso EaD necessita de infraestrutura material correspondente ao número de alunos, aos recursos tecnológicos envolvidos e à dimensão de território a ser alcançada, o que corresponde a um significativo investimento para o mantenedor. Neste estudo consideramos como recursos materiais as instalações físicas do Polo. Apesar do polo apresentar vários itens classificáveis nesta categoria, porém, as instalações são itens fundamentais para o cumprimento dos objetivos da política pública da EaD. Na figura

7, temos a Planta Baixa do Polo, que foi elaborada pela Universidade Estadual do Ceará - UECE a pedido da Capes, consoante, o polo foi construído exatamente como o planejado.

Figura 7 – Foto da Planta Baixa do Polo de Vitória de Jari



Fonte: Coordenação do Polo

O Polo conta com a seguinte estrutura física:

- Uma sala para Coordenação para uso exclusivo do Coordenador do Polo, conforme figura 08, tratando-se de uma sala bastante ampla e com pouco mobiliário.

Figura 8 – Coordenação do Polo de Vitória de Jari

Fonte: SisUAB

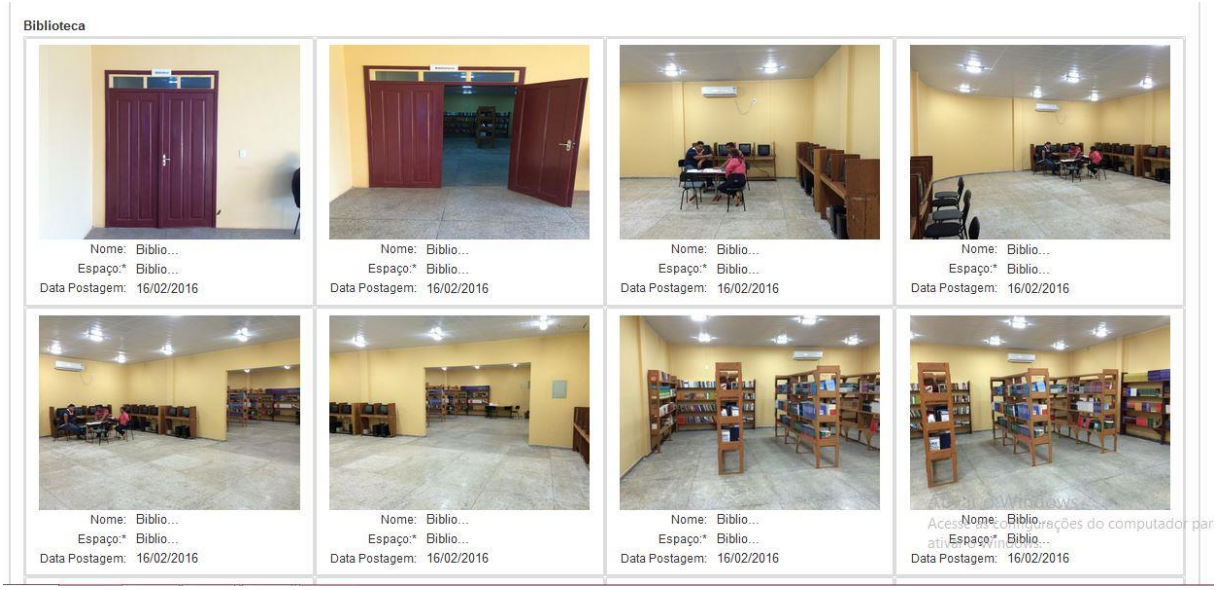
- Sala da secretária, figura 9, a qual é destinada a logística de administração acadêmica e operacional do polo;

Figura 9 – Sala da Secretaria do Polo de Vitória de Jari

Fonte: SisUAB

- Biblioteca, cujos livros foram fornecidos pela Capes em 2008, para os primeiros cursos que o IFPA ofertou, ressalta-se que a UNIFAP até o momento não fez doação de livros. A Capes recomenda que as bibliotecas dos polos devem possuir acervo atualizado, amplo e compatível com as disciplinas dos cursos ofertados.

Figura 10 – Biblioteca do Polo de Vitória de Jari



Fonte: SisUAB

- Três salas de aulas, na figura 11 pode se ver os espaços em que os Professores Formadores disponibilizados pela IES credenciada, neste caso a Unifap, utilizam para ministrarem suas aulas presenciais; assim como são utilizados para a

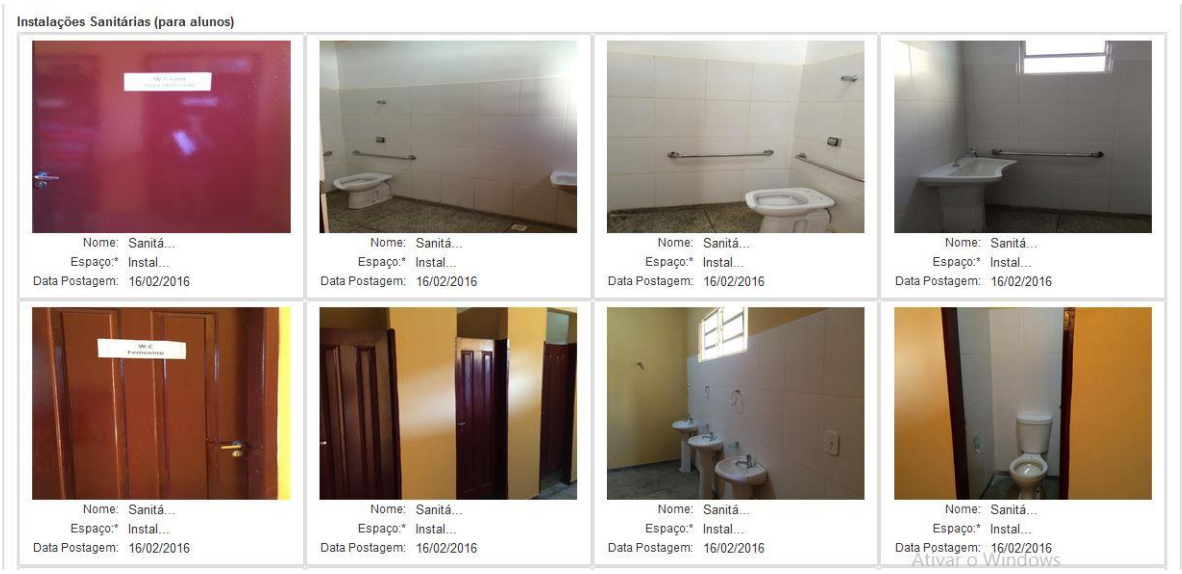
realização tutoria, provas, vídeo/webconferência etc. Com o aumento de mais dois cursos previstos para o primeiro semestre de 2019, a Prefeitura adquiriu 100 cadeiras universitárias para que seja equipada mais 2 salas de aulas.

Figura 11 – Salas de aulas do Polo de Vitória de Jari

Fonte: SisUAB

- Dois Banheiros para uso dos alunos, sendo um feminino com 4 boxes e outro masculino também com 4 boxes, adaptados conforme os padrões da Lei de Acessibilidade n. 10.098/2000 e alterações.

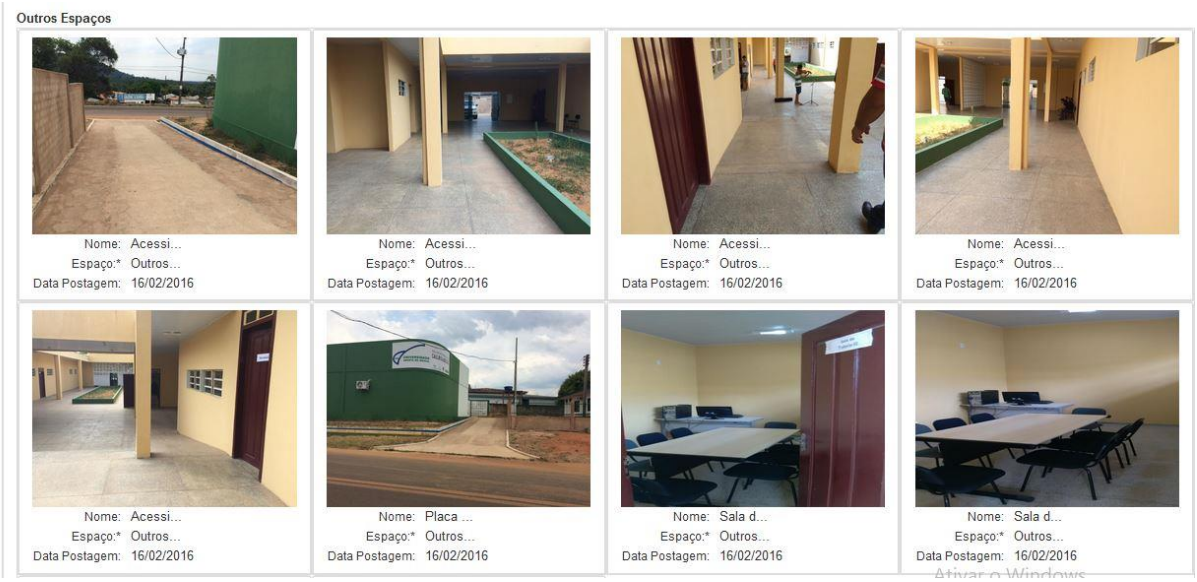
Figura 12 – Instalações Sanitárias do Polo de Vitória de Jari



Fonte: SisUAB

- E por fim, os espaços multiusos, dispostos na figura 13. Aqui destacamos a faixada com identificação da UAB conforme manual de comunicação visual. A identificação é um item que consta no Termo de Compromisso e trata-se de item de verificação por ocasião da visita de monitoramento.

Figura 13 – Espaços Multiusos do Polo de Vitória de Jari



Fonte: SisUAB

Destarte, pode-se considerar que o Polo de Vitória atende as recomendações da Capes/UAB no que diz respeito à infraestrutura física e acessibilidade. No entanto, o polo ainda possui limitações, uma delas, é perceptível quando se ministra aulas nos encontros presenciais, uma vez que as salas são muito próximas umas das outras, fazendo com que o conteúdo ministrado por um professor em uma sala, atrapalhe a aula do outro professor e vice-versa.

Assim é essencial que as instalações se tornem aptas para seu pleno funcionamento, os espaços sejam ordenados para cada função do polo, ressaltando que estas estruturas são essenciais para assegurar a qualidade dos conteúdos ofertados aos estudantes em função da área de conhecimento abrangida pelos cursos.

4.1.4 Os recursos tecnológicos

O aprimoramento da educação a distância geralmente está relacionado à popularização e democratização do acesso às tecnologias de informação e de comunicação. O uso contemporâneo da tecnologia aplicada à educação deve estar alicerçado em uma filosofia de aprendizagem que possibilite aos estudantes real interação no processo de ensino-aprendizagem, assim como o respeito em relação às várias culturas e forma de construção de conhecimento.

Uma vez que, a EaD tem o aluno como o ponto central do processo educacional, um dos suportes para garantir a qualidade de um curso a distância é a interatividade entre professores, tutores e alunos e esta interatividade é viabilizada a partir dos usos das TICs. Consoante, o princípio da interação e da interatividade é imprescindível para o processo de comunicação e devem ser assegurados no uso dos meios tecnológicos disponibilizados. Pensando nisso a Capes/UAB preconiza que um Polo UAB, dentre outras coisas, deve ter uma infraestrutura tecnológica composta, minimamente, por:

> I. Computadores em número adequado para atender o quantitativo que alunos (as) que se pretende atender no Polo;
> II. Conexão à internet em banda larga (recomenda-se acesso mínimo de 2Mb) para todos os ambientes do Polo etc. (CAPES/UAB 2018)

O Polo de 2010 até 2018 teve o envio de mais de 50 computadores através da Capes, no entanto alguns deram defeitos e hoje somente 22 computadores estão em pleno funcionamento. Atualmente o polo necessita de uma renovação e aumento do quantitativo de computadores em seu patrimônio, por se tratar de máquinas defasadas e em poucos números em relação ao número crescente de alunos. Apesar disso os alunos não chegam a ficar prejudicados, pois, em sua grande maioria, moram no munícipio vizinho, Laranjal do Jari, e acabam por utilizar suas próprias ferramentas (notebook, celular etc), ou então fazem uso de Lan Houses.

Em relação à internet, a Prefeitura disponibiliza 2 megabytes para uso do polo. Apesar de ser a quantidade recomendada pelas diretrizes da Capes/UAB, esta não atende satisfatoriamente o polo, sendo recorrente a reclamação em relação à velocidade e até a ausência dela, não só no polo como no munícipio em geral, o que prejudica o uso de uma das principais ferramentas da EaD, o ambiente virtual de ensino ou AVA.

O Quadro 13 sintetiza as análises feitas a partir das diretrizes da Capes/UAB. Com isto busca-se atender o objetivo de comparar o projeto de implementação dos polos presenciais com o polo de fato implantado.

Quadro 13 – Comparação entre teoria e prática

CATEGORIAS DE ANÁLISE	ADOTADO	RESULTADOS E SUGESTÕES
1 - Recursos Humanos	( ) Sim ( ) Não (x) Em parte	Foi detectada ausência de um Técnico em Informática. O Polo também necessita dispor de um maior número de profissionais para que seja possível se criar uma escala de revezamento, sobretudo aos finais de semana, que é quando ocorre os encontros presenciais.
2 - Recursos econômicos	(x) Sim ( ) Não ( ) Em parte	Foi disponibilizada Dotação Orçamentária conforme preconizava o Termo de Compromisso. Esta dotação datada de 2012, no valor de R$ 21.000,00 não atendia as despesas de manutenção e funcionamento do polo. A partir de 2019 há previsão no orçamento para repasse de R$ 64.000,00, o que mesmo assim, cobrirá as despesas mais urgentes, uma vez que o polo precisa passar por manutenção constante para um perfeito funcionamento. Sugere-se que além da dotação orçamentária o polo receba apoio por parte da Prefeitura para pintura periódica das instalações e fornecimento de materiais de limpeza.
3 - Recursos Materiais	(x) Sim ( ) Não ( ) Em parte	Em relação às instalações físicas a Prefeitura seguiu a orientação construindo o prédio de acordo com planta disponibilizada pela Capes. Porém, existem limitações em relação aos espaços utilizados para as aulas presenciais, conforme já explicado neste capítulo. Sugere-se que todas as salas de aulas sejam equipadas para que as aulas possam ocorrer em salas intercaladas, quando possível.

4 Recursos Tecnológicos	(x) Sim ( ) Não ( ) Em parte	Foram disponibilizados para o polo, no entanto, os computadores do polo se encontram com tecnologia ultrapassada, e é necessária internet de melhor qualidade para atender a administração do polo e os alunos. Sugere-se assim que, a Prefeitura na impossibilidade de adquirir novos computadores, realize parceria para doação e também que disponibilize uma conexão com megabytes bem acima do recomendado pelas Capes.

Fonte: elaborado pela autora.

Portanto, com base nas peças documentais e na entrevista realizada com o Coordenador do polo, pôde ser observado como a infraestrutura do polo foi implantada e que as diretrizes de implantação foram seguidas, apesar das limitações aqui explicitadas. Algumas dessas limitações já estão sendo sanadas, como é o caso dos recursos econômicos com o aumento da dotação orçamentária. Em relação aos recursos humanos, já existe solicitação para disponibilização de um maior número de pessoal para o polo, assim como, a Prefeitura está equipando 2 novas salas a fim de ampliar sua capacidade e poder receber novos cursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos dispostos no capítulo 2 permitiram compreender a sucessão de atos que foram efetuados ao longo da implantação do polo presencial de Vitória do Jari. A partir do Edital de Seleção nº. 01/2005-2006/SEED/MEC, se deu o ponto de partida para a implementação do projeto. Nesta oportunidade a Prefeitura de Vitória do Jari pôde se candidatar para sediar um polo presencial de apoio UAB. A aprovação do envio da proposta se deu em 2007, porém, o polo teve seu funcionamento no ano de 2008 com a efetivação da parceria com o IFPA, e a partir de 2010 iniciou os trabalhos juntamente com a UNIFAP para oferta de ensino.

O objetivo principal do estudo foi compreender se, de fato, a implantação da infraestrutura do um polo presencial localizado em Vitória do Jari/AP seguiu as diretrizes de implantação estabelecidas pela Capes/UAB. A investigação não teve como finalidade fazer uma avaliação sobre a qualidade do polo estudado, e sim o compromisso de identificar se foram seguidas as diretrizes de implantação propostas considerando os recursos econômicos, humanos, materiais e tecnológicos disponibilizados.

Também foi objetivo da pesquisa compreender os aspectos históricos que desencadearam a política pública de EaD, política importante diante do cenário em que novos modelos econômicos e pedagógicos estão em constante mudança. Assim, nos leva a refletir sobre a importância dessa política para locais isolados, como o munícipio de Vitória do Jarí, pela interiorização da instituição pública de ensino que possibilita, pela oportunidade de formação, flexibilidade de tempo, assim como pela autonomia de aprendizagem, possibilitando o aluno acessar o ensino superior público sem sair do local que reside.

Ao longo da análise documental sobretudo dos documentos disponíveis no SisUAB: Nota Técnica 269/2010; Os Ofícios 1416/2012, 1268/2013 e 919/2014/CGS/DRESEAD/SEED/MEC; e Formulário de Avaliação, foi possível visualizar os desafios enfrentado para a concretização do projeto. Os documentos arrolados registram a trajetória em que a PMVJ percorreu em busca do conceito AA (apto), uma vez que, somente a partir deste conceito, o polo passa a integrar em caráter definitivo o Sistema UAB, no que condiz em um polo sumariamente bem estruturado em todos os âmbitos para um ensino de qualidade. De fato, observa-se um lapso temporal bem extenso para que o Polo enfim chegasse ao citado conceito.

Feita a análise dos documentos à luz das diretrizes da Capes/UAB para implantação dos polos, a fim de verificar se o polo foi implantado como planejado, foi identificado também os acertos e erros em seu processo de implantação até chegar em seu aprimoramento. Conforme relatado, o polo inicialmente funcionou em uma escola, com as estruturas física e tecnológica em condições precárias, recebendo conceitos nas avaliações monitoradas, inclusive com visitas *in loco*, que poderiam ocasionar o seu descredenciamento caso as pendências não fossem sanadas. Assim, observou-se o empenho da Prefeitura Municipal de Vitória do Jarí, sendo ela a mantenedora do polo, em atender as exigências da Capes, construindo um prédio exclusivamente para servir de sede para o polo.

Até o ano de 2018, o polo não dispunha de recursos financeiros suficientes. No entanto, a Prefeitura incluiu em seu orçamento anual para 2019 um aumento de repasse financeiro para o polo com objetivo de custear despesas diversas. Também efetuou a com compra de 100 novas cadeiras universitárias para ativação de 2 salas de aulas para atender 2 novos cursos.

Essa estrutura desenvolve papel de relevância para o sistema de educação a distância e, sobretudo, para o município que a abriga. Assim, sua instalação contribui para o desenvolvimento do curso e serve de ponto de referência fundamental para os alunos, auxilia no estabelecimento das relações mais próximas entre docentes e discentes. Apesar de representar um elevado custo para o munícipio com manutenção e despesas diversas com o polo, essa política pública oportuniza a minimização da desigualdade social com o acesso à educação superior.

Novas pesquisas são necessárias para dar prosseguimento ao tema em estudo. Ainda não existe pesquisa, na esfera estadual, sobre o desenvolvimento socioeconômico em torno do polo, que é um dos objetivos que os polos UAB se propõem a alcançar. Os dados anteriores à implantação do Projeto comparados aos dados posteriores podem revelar realidade pretendida com essa política pública.

Na medida em que foram analisados, desde documentos que estão na concepção do Projeto de implantação do polo até registro de visitas de monitoramento e da visita de avaliação dos cursos em andamento à época, entende-se que foi possível compreender a implementação dos Polos UAB no Município de Vitória do Jari, enquanto ação integrante de uma política pública educacional.

A partir da revisão bibliográfica realizada no primeiro capítulo, foi efetuado um apanhado histórico das políticas públicas e abordados alguns de seus conceitos,

assim como foram discutidas sobre a categoria políticas públicas educacionais e o seu panorama histórico e por último tratamos das políticas públicas de educação a distância. O citado capítulo trouxe, ainda em seu escopo, a apresentação da implantação da infraestrutura dos polos sob a perspectiva das diretrizes da Capes/UAB. Identificou-se também a UAB como um programa do Ministério da Educação que, através de parcerias entre Instituições de Ensino credenciadas, Estados e Municípios possibilita a expansão e interiorização do ensino de formação superior.

A implementação da implantação da infraestrutura do polo no município foi descrita, em termos de sua elaboração e desenvolvimento, partindo dos documentos analisados no segundo capítulo, que contou com o relato sobre a coleta de informações. Foi levado a conhecimento documentos balizadores do projeto para implantação da infraestrutura do polo, destacando as particularidades do estado do Amapá e do Município de Vitória do Jari. Foi destacado, dentre estes documentos, o Referencial de Qualidade (2007) que, apesar de não ter força de lei, serve de parâmetro para os atos legais referentes aos processos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade à distância.

A comparação entre o projeto de implantação da infraestrutura dos polos planejado e o que foi implantado na prática, levando-se em consideração os recursos humanos, econômicos, materiais e tecnológicos, foi realizada no terceiro capítulo, a partir da análise dos documentos intrínsecos ao projeto elaborado pela Capes/UAB. O que levou a percepção da importância do planejamento para a disponibilização desses recursos, por parte do proponente, visando o bom funcionamento do polo.

Como resultado deste estudo, considerando todo o aparato de documentos analisados, foi possível depreender que apesar do Polo de Vitória ter percorrido um longo caminho em busca de sua integração definitiva ao Sistema UAB, a implantação de sua infraestrutura, depois ajustes nas limitações apresentadas, ocorreu da forma em que a Capes/UAB planejou. Mesmo considerando as atuais restrições de disponibilização de recursos financeiros, tecnológicos e de recursos humanos, ainda assim, o polo vem contribuindo com a formação de nível superior de forma exitosa e com perspectivas promissoras para o ano de 2019 com a abertura de novas turmas.

Ainda entre os principais resultados, destaca-se como positivos a clareza de objetivos em relação às diretrizes da Capes/UAB que orienta a infraestrutura

necessária (espaços gerais do polo, espaços de apoio do polo e espaço acadêmico) e composição da equipe do polo UAB. Como vulnerabilidade, os documentos existentes no polo e no SisUAB não permitem mostrar de forma clara como se deu o processo da implantação da infraestrutura do polo, sendo necessário lançar mão de entrevista através da pesquisa de campo para se obter dados precisos, evitando assim distorções na análise do conteúdo documental.

Os benefícios alcançados com a implantação de um polo requerem a ampliação da pesquisa sobre o tema, procedendo-se estudos sobre os demais polos existentes no Estado do Amapá; analisando sua relação com a IES ofertante dos cursos; comparando o déficit educacional anterior e posterior à implementação da política pública da educação a distância; aferição dos atores que atuam no polo (Coordenador, Professores, alunos) identificando suas percepções em relação aos benefícios trazidos para aquela localidade desde a sua implantação.

REFERÊNCIAS

ABDALA, R. D.; PAULILO, A. L. Políticas públicas educacionais: perspectivas históricas. Fragmentos de uma história das políticas públicas de educação no Brasil. In: PIMENTA, C.A.M; ALVES, C.P. **Políticas públicas & desenvolvimento regional**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

ARAUJO, J. F. **Unifap completa 28 anos de serviços à educação superior e ao desenvolvimento do Amapá**. Macapá, 02 mar. 2018.Disponível em: <http://www.unifap.br/public/index/view/id/9891> Acesso em: 30 jul. 2018.

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação a Distância**. Rio de Janeiro, v. 10, n.4, p. 83-92, 2011. Disponível em:<http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. 7. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2015.

BONETTI, L. W. **Políticas Públicas por Dentro**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2011.

BRASIL. Decreto N º 5.622, de 19 de dezembro de 2005. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 dez.2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/12778-legislacao-de-educacao-a-distancia >. Acesso em 01 mar. 2017.

_____. Decreto 5.773, de 09 de maio de 2006. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 maio 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/12778-legislacao-de-educacao-a-distancia >. Acesso em 01 mar. 2017.

_____. Decreto N.º 5.800, de 08 de junho de 2006. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 8 jun.2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso 05 maio 2017.

_____. Decreto 6.303, de 12 de dezembro de 2007. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 dez.2007. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec6303.htm>. Acesso em: 01 mar. 2017.

_____. Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 maio 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm>. Acesso em: 05 mar.2017.

_____. Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 dez.2017. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm>. Acesso em: 05 mar. 2017.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez.1996. Ano CXXXIV, n. 248.

_____, Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001– Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____, Lei n.10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 abr. 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em 09 nov. 2018.

_____, Ministério da Educação**. Atualizada legislação que regulamenta Educação a Distância no país.** Brasília: MEC,2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/49321-mec-atualiza-legislacao-que-regulamenta-educacao-a-distancia-no-pais >. Acesso em: 02 mar. 2018.

_____. **O que é educação a distância.** Brasília: MEC,2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12823:o-que-e-educacao-a-distancia>. Acesso em: 05 maio 2018.

_____. Portaria Normativa N. 2, de 10 de janeiro de 2007. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jan. 2007. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/portaria2.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2018.

_____. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância.** Secretaria de Educação a Distância. Brasília, 2007.

_____. **SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação.** 5. ed.Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009. 328 p.

_____. **Universidade Aberta do Brasil.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/politica-de-educacao-inclusiva?id=12265>. Acesso em: 30 set. 2018.

CAPES. **Educação a Distância.** Brasília: CAPES, 2018a. Disponível em: < https://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia >. Acesso em: 01 set. 2018.

_____. **Objetivo SisUAB.** Brasília: CAPES, 2014. Disponível em: http://www.capes.gov.br/editais-ded/3526-sisuab.>. Acesso em: 31 out. 2018.

_____. **Orientações Básicas sobre Polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil.** Brasília: CAPES, 2013. Disponível em: <https://www.ead.unb.br/arquivos/legislacao/instrucoes/orientacoes_basicas_sobre_polos_uab.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

_____. **Polos UAB**. Brasília: CAPES, 2018b. Disponível em: < http://www.capes.gov.br/uab/polos-uab >. Acesso em 01 set. 2018.

CONAE. **Documento Final.** Brasília: CONAE, 2010. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/2010/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf>. Acesso em: 26 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasília: IBGE, 2010a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=16>. Acesso em 05 jul 2018.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasília: IBGE, 2010b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/macapa/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>. Acesso em: 30 jul. 2018.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasília: IBGE, 2010c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/.html?> Acesso em: 30 jul. 2018.

_____. **Panorama do Município Vitória do Jarí**. Brasília: IBGE,2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/vitoria-do-jari/panorama>. Acesso em: 12 dez. 2018.

IFAP. **Histórico**. Disponível em: <http://www.ifap.edu.br/index.php/quem-somos/historico>. Acesso em 28 set 2018

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. Brasília: Inep, 2006. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-daeducacao-superior>. Acesso em 20 fev. 2018.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de Credenciamento Polo EaD.** Brasília: Inep, 2010. Disponível em: <http://inep.gov.br/instrumentos1>. Acesso em 25 set 2018.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **O que é o SINAES.** Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinaes>. Acesso em 09 nov. 2018.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em 20 set 2018.

INSTITUTO Unibanco. **Panorama dos Territórios:** Amapá. 2017. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Panoramas_AMAPA.pdf.> Acesso em 20 ago. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOOGLE MAPS. **Mapa de Vitória do Jari**, 1 mapa, color. Escala indeterminável. Disponível em: < https://goo.gl/maps/63SR7kYPHpdcFoKp9 >. Acesso em 12 dez. 2018.

GUIMARÃES, A. R; MELO, A. L.; RAMOS; F. A. O ensino superior amapaense no contexto de expansão privado-mercantil. In: XXIII SEMINÁRIO DA REDE UNIVERSITAS/BR; POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A EXPANSÃO PRIVADO-MERCANTIL EM QUESTÃO. **Anais...**. Belém/PA, 2015.

GUIMARÃES, A. R; MELO, A. L. Expansão e Financiamento da Universidade do Estado do Amapá (2009-2013). In: XXIV SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR. **Anais...**Universidade Estadual de Maringá, 2016.

GUIMARÃES, A. R; MELO, A. L.; NOVAIS, V. S. M. Expansão da Educação Superior no Pará e Amapá: o público e o privado em questão. In: 38ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, UFMA – São Luís/MA, 2017

HISTÓRIA da Universidade. **Ueap,** Macapá, 02 ago. 2017. Institucional. Disponível em <http://www2.ueap.edu.br/pagina/historia.html> Acesso em 30 jul 2018.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, ano 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. **Educação a Distância:** o estado da arte. 2. ed. São Paulo: Pearson Education, 2012.

MORAES, B. M. *et al*. **Políticas Públicas de Educação**. Rio de Janeiro: MPE, 2016

NASCIMENTO. **Mapa do Estado do Amapá**. Macapá, 2018. Disponível em: <http://www.amapafotos.com.br/p/amapa.html> Acesso em: 02 set. 2018

PREFEITURA Municipal de Vitória do Jari. **História do Município**, Vitória do Jari, 2018. Disponível em: <http://www.vitoriadojari.ap.gov.br/pagina/historia-do-municipio>. Acesso em: 03 ago. 2018.

PRIMO, L L. **Educação a Distância no Tocantins:** a implantação dos polos da Universidade Aberta do Brasil (2007-2015), Goiânia:[s.n], 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2011.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. 3. ed. Brasília: CAPES: UAB, 2014.

SARAIVA, E. R.; FERREIRA, J. P.; LEITE, A. C. Educação a Distância na Universidade Federal do Amapá: Histórico e Desafios. In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA. **ESUD 2018**. Natal-RN, 2018.

SARAIVA, E.R., LEITE, A.C.; Atuação do Professor nos Cursos Superiores da Educação a Distância da Universidade Federal do Amapá. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas** v.2, n. 2, p.55-68, mai/jul.2017. Disponível em: <https://files.comunidades.net/robsontavares/4_atuacao_do_professor_no_curso_de_educacao.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SAVIANI, D. O legado educacional do "longo século XX" brasileiro. In SAVIANI, D. ALMEIDA, J.S. DE; SOUZA, R. F DE; VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2004.

SECCHI, L. **Políticas Públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVA, L. R. C. Et al. Pesquisa documental: **Alternativa Investigativa na Formação Docente**. Curitiba:EdPUCPR, 2009.

SILVA, K. S. **Universidade amplia número de polos em Educação à Distância nos interiores**. Macapá;[s.n], 2018. Principal. Disponível em; <http://www.unifap.br/public/index/view/categoria/7/page/3/id/10137> Acesso em: 30 jul. 2018.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p. 20-45, jul/dez 2006.

SPANHOL, F.J. **Critérios de avaliação institucional para polos de Educação a Distância**. 2007. 205f.Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

TOKARNIA, M. Educação a distância cresce 17,6% em 2017; maior salto desde 2008. **Agência Brasil.** Brasília, 20 set. 2018. Educação. Disponível em: < http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-09/educacao-distancia-cresce-176-em-2017-maior-salto-desde-2008>. Acesso em: 25 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Centro de Educação a Distância**. Uberlândia; EdUFU, 2017. Disponível em: <http://www.cead.ufu.br/noticia/2017/05/mudanças-na-educação-distância>. Acesso em: 02 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Departamento de Educação a distância**. Macapá: UNIFAP, 2018. Disponível em: <http://www2.unifap.br/ead/#>. Acesso em: 30 jul. 2018.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração**. Macapá: UNIFAP, 2012.

VALLE, B. B. R. **Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

VIEIRA, E. P. **Políticas públicas da educação** Ilhéus: Editus, 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – TCLE

(Resolução 466/2012 CNS/CONEP)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar da pesquisa intitulada **"INFRAESTRUTURA DO POLO UAB DE VITÓRIA DO JARI/AP: COMPREENDENDO SUA IMPLANTAÇÃO"**, desenvolvida pelo (a) pós-graduando (a) Regiane Gemaque Rezende, estudante do CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS – MPPPP e orientada pelo Professor Doutor Antônio Germano Magalhães Júnior.

Esta pesquisa tem como objetivo: "compreender se a implantação da infraestrutura do um polo presencial localizado em Vitória do Jari/Ap seguiu as diretrizes de implantação estabelecidas pela Capes/UAB". Sua participação nesta pesquisa é voluntária e se dará por meio de entrevista aberta, que será realizada face a face com a pesquisadora.

Os riscos decorrentes de sua participação nesta pesquisa são: algum tipo de constrangimento durante a obtenção dos dados ou receio de ter o nome e as respostas divulgadas. Entretanto, como forma de minimizar/evitar tais riscos, a pesquisadora se compromete a suspender a pesquisa em caso de algum tipo de constrangimento e, ainda, garante que será mantido o anonimato do pesquisado durante e depois do processo de investigação, assim como serão mantidas sob sigilo todas as opiniões expressadas por escrito e/ou oralmente.

Esclarecemos que se V.Sa. aceitar participar desta pesquisa estará contribuindo para a identificação das dificuldades e dos benefícios da implantação da Infraestrutura de um Polo EaD, o que poderá resultar em sugestões para o aprimoramento dos Polos UAB, que são de suma importância nos dias de hoje.

Assim, após a realização da pesquisa e validação dos dados, o participante receberá os resultados com a entrega da transcrição das respostas dadas em entrevista para avaliação do pesquisado; depois, com a entrega da dissertação finalizada via e-mail.

Se depois de consentir a sua participação o (a) Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa.

Ressaltamos que o (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração por participar desta pesquisa.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados. Os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob a guarda e responsabilidade da pesquisadora, serão arquivados por um período de 5 anos após o término da pesquisa e se necessário poderão ser acessados junto a pesquisadora.

Informo-lhe ainda que esta pesquisa tem como orientador o Professor Doutor Antônio Germano Magalhães Júnior, disponível para qualquer esclarecimento pelo e-mail: germano.junior@uece.br

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável por esta pesquisa no endereço: Rua Professor Tostes, 3832, bairro Muca, cidade de Macapá, no Amapá, e pelo telefone (96) 99132.5005.

Este documento traz credibilidade e validade à referida pesquisa. Sendo assim, caso aceite participar da pesquisa, necessito que entre em contato comigo para que eu possa encontrá-lo para receber o referido termo assinado pelo senhor e lhe entregar uma cópia com a minha assinatura.

Consentimento Pós–Informação

Eu, Ueverson dos Santos R. dos Reis, fui informado sobre os objetivos, benefícios e riscos da pesquisa acima descrita e compreendi as explicações fornecidas. Por isso, concordo em participar desta pesquisa, sabendo que não vou ter retorno financeiro e que posso sair a qualquer tempo.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador (a) responsável

Vitória do Jari, 20/04/2019.
Local, Data